

Cândido Rangel Dinamarco

***INSTITUIÇÕES DE  
DIREITO PROCESSUAL CIVIL***

VOLUME I

*9ª edição, revista e atualizada  
segundo o novo Código de Processo Civil  
e de acordo com a Lei 13.256, de 4.2.2016*

 **MALHEIROS  
EDITORES**

***Instituições de Direito Processual Civil***

© CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

*1ª ed., 2001; 2ª ed., 2002; 3ª ed., 2003; 4ª ed., 2004; 5ª ed., 2005;  
6ª ed., 2009; 7ª ed., 2013; 8ª ed., 2016.*

*Direitos reservados desta edição por  
MALHEIROS EDITORES LTDA.*

*Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171  
CEP 04531-940 – São Paulo – SP*

*Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495*

*URL: [www.malheiroseditores.com.br](http://www.malheiroseditores.com.br)*

*e-mail: [malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)*

*Composição: PC Editorial Ltda.*

*Capa*

*Criação: Vânia Lúcia Amato*

*Arte: PC Editorial Ltda.*

**Impresso no Brasil**

*Printed in Brazil*

07.2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

D583i Dinamarco, Cândido R. (Cândido Rangel), 1937-.  
Instituições de direito processual civil : volume I /  
Cândido Rangel Dinamarco. – 9. ed., rev. e atual. segundo o  
Novo Código de Processo Civil. – São Paulo : Malheiros, 2017.  
912 p. ; 21 cm.

ISBN 978-85-392-0382-6 – ISBN 978-85-7420-938-8 (Obra  
completa)

1. Processo civil - Brasil. I. Título.

CDU 347.91/.95(81)

CDD 347.8105

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Processo civil : Brasil 347.91/.95(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

110585

## **SUMÁRIO**

<i>Prefácio</i> .....	25
-----------------------	----

### **INTRODUÇÃO**

#### **O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO E A ORDEM PROCESSUAL CIVIL VIGENTE**

Esclarecimento ao leitor .....	33
Em busca do modelo processual civil brasileiro – o papel do novo Código de Processo Civil .....	34
Antecedentes – entre o Código de Processo Civil de 1939 e o de 1973 – permanência do mesmo modelo processual .....	34
Alterações ulteriores no modelo processual civil brasileiro – as <i>Reformas</i> e a Lei do Cumprimento de Sentença .....	37
As ondas renovatórias e a legislação extravagante – pequenas causas, meio-ambiente e consumidor – o processo coletivo .....	40
As origens do novo Código – a Comissão de Juristas e o anteprojeto ...	41
Os propósitos explícitos da Comissão indicados na Exposição de Motivos e as linhas fundamentais das inovações propostas .....	42
A obcecada busca da celeridade .....	43
Eliminação de incidentes e casos de suspensão do processo .....	44
Adaptações do procedimento e da relação processual .....	45
Cooperação, diálogo, arbitragem, autocomposição – o novo modelo processual .....	46
A estrutura do novo Código .....	49
Impropriedades sistemáticas na estrutura do novo Código .....	50
Institutos suprimidos, institutos acrescentados, institutos reformados e dúvidas resolvidas .....	52
Supressões .....	52
Institutos e técnicas acrescidos .....	58
Novas conceituações e nova disciplina de certos institutos .....	66
Esclarecimento de dúvidas e questões controvertidas .....	71

Linguagem – redação aprimorada .....	76
Linguagem – dificuldades, opções do legislador e imperfeições .....	81
<i>Legem habemus</i> .....	85

## **LIVRO I – OS FUNDAMENTOS E AS INSTITUIÇÕES FUNDAMENTAIS**

### **TÍTULO I – o direito processual civil**

#### **Capítulo I – as grandes premissas**

1. características e tendências do processo civil contemporâneo – o novo Código de Processo Civil brasileiro e a legislação extravagante	89
2. solução imperativa de conflitos .....	96
3. o direito processual civil .....	99
4. direito formal, sem formalismo – as formas processuais como penhor da segurança e liberdade das partes .....	100
5. direito processual e direito material .....	102
6. dois planos distintos .....	104
7. o direito processual material .....	105
8. institutos processuais particularmente influenciados pelo direito material .....	110
9. ramo do direito público .....	111
10. o processo como ramo do direito público e a (relativa) indisponibilidade das situações processuais .....	112
11. denominação .....	115
12. a ciência processual civil .....	116
13. a teoria geral do processo .....	117
14. direito processual constitucional .....	119
15. direito processual civil internacional .....	120
16. direito processual civil comparado .....	122
17. o ramo jurídico, a técnica, a ciência e a arte .....	123
18. o vocabulário da ciência processual e o necessário emprego da linguagem adequada .....	125
19. instrumento ético e não puramente técnico .....	128

#### **Capítulo II – a lei processual civil – conceito, objeto e dimensões**

20. a norma processual civil e seu objeto .....	131
21. normas processuais e normas procedimentais .....	134
22. as normas processuais como normas secundárias .....	136
23. normas processuais civis cogentes ou dispositivas .....	137
24. fontes formais da norma processual civil .....	139
25. a Constituição Federal .....	140
26. tratados internacionais .....	141
27. a lei .....	143

28.	leis federais ordinárias .....	145
29.	leis complementares federais .....	147
30.	Constituições e leis estaduais .....	148
31.	regimentos internos dos tribunais .....	150
32.	as leis da arbitragem e da mediação .....	151
33.	a jurisprudência como fonte do direito? uma questão polêmica a ser decidida com fundamento no direito positivo .....	156
34.	a jurisprudência como fonte do direito segundo o ordenamento jurídico brasileiro da atualidade .....	158
35.	as súmulas vinculantes .....	162
36.	repercussão geral e julgamento de recursos repetitivos .....	165
37.	conhecimento da lei processual .....	166
38.	interpretação e integração da lei processual civil .....	166
39.	as dimensões da lei processual civil: normas de superdireito .....	170
40.	dimensão espacial da lei processual civil: territorialidade .....	171

**Capítulo III – o Código de Processo Civil de 2015  
e direito intertemporal**

41.	dimensão temporal da lei processual civil: vigência e eficácia .....	177
42.	início e fim da vigência da lei processual civil .....	178
43.	eficácia da lei processual civil no tempo – regras gerais .....	179
44.	a irretroatividade das leis processuais e sua aplicação aos processos pendentes .....	181
45.	regras gerais de direito processual civil intertemporal .....	183
46.	a vigência do novo Código de Processo Civil e a revogação do antigo – a regência dos fatos ulteriores pela lei nova – ressalvas ..	185
47.	preservação da garantia de tutela jurisdicional (remissão ao <i>direito processual material</i> ) .....	189
48.	irretroatividade da jurisprudência .....	191

**TÍTULO II – o acesso à justiça e a tutela jurisdicional**

**Capítulo IV – os conflitos e a ordem jurídica justa**

49.	tutela jurisdicional a pessoas ou grupos – ao autor ou ao réu – contra o <i>processo civil do autor</i> .....	194
50.	processo civil de resultados .....	198
51.	sistema de promessas e limitações .....	199
52.	a universalização da tutela jurisdicional e as ondas renovatórias ..	203
53.	acesso à justiça .....	205
54.	os conflitos (crises jurídicas) .....	208
55.	meios alternativos de acesso à justiça .....	210
56.	equivalência funcional – o valor social da conciliação, da mediação e da arbitragem .....	214

**Capítulo V – os escopos do processo civil e a técnica processual**

57.	superação da visão puramente jurídica do processo civil .....	218
58.	o fundamental escopo social: pacificação .....	220
59.	outro escopo social: educação .....	222
60.	escopos políticos .....	223
61.	o escopo jurídico do processo civil – as teorias unitária e dualista do ordenamento jurídico .....	225
62.	escopos do processo civil e técnica processual .....	230
63.	os processos, provimentos e procedimentos como <i>técnicas</i> .....	231
64.	equilíbrio entre exigências contrapostas .....	234
65.	certeza, probabilidade e risco em direito processual civil .....	237

**Capítulo VI – espécies de tutelas jurisdicionais e a realidade dos conflitos**

66.	as situações da vida, o direito substancial e as técnicas processuais	240
67.	provimentos jurisdicionais .....	241
68.	as crises jurídicas e as tutelas cognitiva e executiva .....	243
69.	tutela preventiva, reparatória ou sancionatória – tutela inibitória – tutela específica ou inespecífica (ressarcitória) .....	247
70.	entre a tutela individual e a coletiva .....	250
71.	meios processuais adequados .....	251
72.	as tutelas provisórias segundo o Código de Processo Civil .....	253
73.	tutelas jurisdicionais de urgência .....	254
74.	tutela da evidência .....	258
75.	tutelas jurisdicionais diferenciadas – cognição sumária .....	261
76.	escolha da tutela jurisdicional adequada .....	262
77.	espécies de processos .....	264
78.	disponibilidade e indisponibilidade nas escolhas .....	266
79.	o acesso à justiça pelos meios alternativos de solução de conflitos – a tutela jurisdicional arbitral .....	267

**Capítulo VII – a tutela jurisdicional coletiva e o processo coletivo**

80.	visão institucional e origens .....	269
81.	os processos coletivos na legislação extravagante ao Código de Processo Civil .....	271
82.	as ações civis públicas .....	273
83.	o microsistema da tutela coletiva .....	277
84.	a tutela jurisdicional coletiva e os institutos fundamentais do processo civil .....	278
85.	o âmbito de atuação das tutelas coletivas – direito de ação e interesse de agir (interesse-adequação) – direitos e interesses supra-individuais .....	278

86.	substituição processual, efeitos da sentença e coisa julgada .....	279
87.	jurisdição e competência .....	280
88.	as defesas admissíveis .....	281
89.	características do processo coletivo – o procedimento comum ....	282
90.	a sentença e seus possíveis efeitos .....	282

### ***TÍTULO III – o processo civil brasileiro***

#### ***Capítulo VIII – o modelo processual civil brasileiro***

91.	sistema processual e modelo processual .....	284
92.	o direito processual civil e o mito das <i>famílias do direito</i> .....	285
93.	elementos relevantes para a identificação do modelo processual civil .....	286
94.	o pensamento jurídico-processual brasileiro .....	287
95.	elementos para a identificação do modelo processual civil brasileiro no plano constitucional e no técnico-processual .....	291
96.	o modelo constitucional do processo civil brasileiro .....	294
97.	o modelo infraconstitucional do processo civil brasileiro (técnico-operacional) .....	297

#### ***Capítulo IX – processo civil comparado***

98.	modelos processuais e o interesse pela comparação jurídica .....	301
99.	uma relevante peculiaridade do direito processual .....	302
100.	o direito comparado como método científico .....	305
101.	o direito processual civil comparado .....	305
102.	cauteladas nas comparações processuais .....	306
103.	diversidade das fontes formais do direito processual .....	307
104.	diferentes regras sobre as fontes substanciais de direito processual	308
105.	organização judiciária .....	309
106.	a índole do direito processual brasileiro .....	310
107.	diversidade de conceitos .....	311
108.	a essência do direito processual civil comparado .....	315

#### ***Capítulo X – os fundamentos constitucionais: princípios e garantias do processo civil***

109.	processo e Constituição – o direito processual constitucional .....	316
110.	valor sistemático dos princípios – o processo como direito público	319
111.	tutela constitucional do processo civil – princípios e garantias constitucionais .....	322
112.	princípios gerais e regras técnicas – os <i>princípios formativos do processo</i> .....	324
113.	os princípios constitucionais do processo civil ( <i>princípios gerais</i> )	326
114.	princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional .....	328
115.	direitos subjetivos e interesses legítimos .....	330

116.	a imparcialidade do juiz e as garantias do juiz natural .....	330
117.	o juiz natural .....	333
118.	princípio da igualdade .....	337
119.	a garantia constitucional da igualdade e os privilégios do Estado no processo civil brasileiro .....	340
120.	o princípio do contraditório e sua dupla destinação .....	343
121.	contraditório e partes .....	344
122.	o contraditório na execução .....	348
123.	contraditório e tutela coletiva .....	349
124.	contraditório e juiz .....	350
125.	princípio da liberdade das partes .....	355
126.	a liberdade, a disponibilidade da tutela jurisdicional e o valor do princípio inquisitivo .....	363
127.	princípio da publicidade dos atos processuais .....	364
128.	princípio do duplo grau de jurisdição – dupla vertente .....	367
129.	princípio do duplo grau de jurisdição – acesso aos tribunais .....	368
130.	princípio do duplo grau de jurisdição – evitar saltos de jurisdição .....	371
131.	exigência constitucional de motivação das sentenças e demais decisões judiciais .....	374
132.	a convergência dos princípios e garantias constitucionais do processo civil: devido processo legal .....	377
133.	o acesso à justiça como princípio-síntese e objetivo final .....	380
134.	interpretação sistemática e evolutiva dos princípios e garantias constitucionais do processo civil .....	380
135.	tutela jurisdicional aos princípios e garantias constitucionais do processo civil .....	383

**Capítulo XI – passado, presente e futuro do direito processual civil brasileiro: tendências**

136.	três fases metodológicas na história do processo civil .....	386
137.	os grandes mestres de direito processual civil (panorama internacional) .....	390
138.	a ciência processual civil brasileira na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX .....	401
139.	Liebman, a <i>Escola Processual de São Paulo</i> e o moderno processo civil brasileiro – processualistas civis brasileiros do passado e do presente .....	406
140.	sucessão histórica das fontes formais do direito processual civil brasileiro .....	417
141.	entre o Código de 1939 e o de 1973 – dois Códigos substancialmente análogos .....	419



142.	o constitucionalismo e a abertura para a perspectiva metajurídica do processo civil (a sétima fase da história do processo civil brasileiro) .....	422
143.	influências do processo civil da <i>common law</i> e os reflexos de uma integração latino-americana .....	424
144.	o Código de Processo Civil de 2015 e a oitava fase do processo civil brasileiro .....	429
145.	tendências modernas do processo civil brasileiro: prognósticos e aspirações .....	431

#### *TÍTULO IV – os institutos fundamentais*

##### **Capítulo XII – institutos fundamentais do direito processual civil (categorias processuais)**

146.	dos fundamentos aos institutos fundamentais .....	439
147.	jurisdição .....	440
148.	processo .....	441
149.	o objeto do processo e a lide .....	442
150.	ação e defesa .....	443
151.	demanda .....	445
152.	a jurisdição como instituto central do sistema .....	445
153.	os meios externos (provas e bens) .....	446
154.	coisa julgada .....	448

## **LIVRO II – A FUNÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO: JURISDIÇÃO**

#### *TÍTULO V – jurisdição e poder*

##### **Capítulo XIII – a jurisdição civil**

155.	conceito – a jurisdição no quadro do poder estatal .....	453
156.	inevitabilidade .....	456
157.	definitividade (imunidade) .....	458
158.	atividade secundária ou primária .....	460
159.	dimensões da jurisdição .....	462
160.	espécies da jurisdição estatal .....	464
161.	jurisdição voluntária .....	464
162.	jurisdição civil ou penal .....	469
163.	jurisdição comum ou especial .....	469
164.	jurisdição inferior ou superior .....	470
165.	jurisdição de direito ou de equidade .....	471
166.	unidade da jurisdição estatal e pluralidade dos órgãos que a exercem: competência .....	473

167.	territorialidade das normas sobre a jurisdição e seu exercício .....	474
168.	o Estado-juiz e os juizes no exercício da jurisdição .....	475
169.	impessoalidade, imparcialidade e indelegabilidade .....	476
170.	poderes e deveres do juiz no exercício da jurisdição .....	479
171.	limitações à jurisdição estatal e ao seu exercício – territorialidade	480
172.	a jurisdição e as súmulas vinculantes .....	481
173.	entre a jurisdição estatal e os meios alternativos de solução de conflitos .....	483

#### ***Capítulo XIV – meios alternativos de solução de conflitos***

174.	os meios alternativos de solução de conflitos (arbitragem, mediação e conciliação) .....	484
175.	os meios alternativos de solução de conflitos e o conceito de jurisdição .....	488
176.	autocomposição e heterocomposição .....	488
177.	a solução dos conflitos pela via da arbitragem .....	489
178.	a solução dos conflitos pelas técnicas da conciliação ou da mediação .....	493
179.	a conciliação e a mediação – distinções e convergências .....	495

#### ***Capítulo XV – a jurisdição estatal e os demais Estados soberanos: competência internacional e cooperação internacional***

180.	a competência internacional no quadro do direito processual internacional .....	499
181.	autolimitação do poder por normas de direito interno .....	500
182.	exclusão por inviabilidade .....	502
183.	exclusões da competência do juiz brasileiro, impostas pela legislação de outros países .....	503
184.	exclusão por falta de interesse .....	504
185.	exclusão por razões de convivência internacional .....	505
186.	a competência do juiz brasileiro .....	506
187.	competência internacional concorrente .....	508
188.	domicílio do réu .....	509
189.	domicílio ou residência do credor (ações de alimentos) .....	510
190.	domicílio ou residência do credor em caso de devedor com vínculos patrimoniais no Brasil (ações de alimentos) .....	511
191.	país de cumprimento da obrigação .....	511
192.	atos praticados no Brasil ou fatos aqui ocorridos .....	512
193.	domicílio ou residência do consumidor .....	512
194.	competência internacional exclusiva .....	513
195.	imóveis situados no Brasil .....	513

196.	confirmação de testamento particular, inventário e partilha (em sucessão hereditária) .....	514
197.	prorrogação da competência internacional brasileira .....	514
198.	extinção do processo .....	518
199.	litispendência estrangeira .....	518
200.	os limites territoriais da competência do juiz brasileiro no plano internacional e a cooperação jurídica internacional .....	521
201.	a cooperação <i>jurisdicional</i> e as cartas rogatórias .....	524
202.	o auxílio direto .....	524
203.	medidas urgentes concedidas por juiz estrangeiro .....	526
204.	competência internacional e direito substancial estrangeiro .....	527

***TÍTULO VI – órgãos e organismos encarregados  
da jurisdição estatal***

***Capítulo XVI – os órgãos da jurisdição e sua independência:  
organização judiciária***

205.	conceito e enquadramento sistemático – a tutela constitucional da organização judiciária .....	529
206.	o Judiciário entre os <i>Poderes do Estado</i> .....	531
207.	linhas mestras da organização judiciária .....	533
208.	o conteúdo substancial das normas de organização judiciária .....	536
209.	competência legislativa .....	536
210.	a Justiça e a Magistratura .....	537
211.	autonomia do Poder Judiciário e independência dos juízes .....	539
212.	períodos de trabalho forense .....	542

***Capítulo XVII – os órgãos da jurisdição estatal:  
estrutura judiciária brasileira***

213.	número fechado de órgãos jurisdicionais .....	545
214.	dimensões da estrutura judiciária brasileira .....	547
215.	estrutura judiciária: o modelo brasileiro .....	549
216.	órgãos de convergência e órgãos de superposição .....	551
217.	as Justças e sua estrutura .....	552
218.	as descentralizações determinadas pela Constituição Federal .....	555
219.	juízos singulares na jurisdição civil inferior .....	556
220.	a composição dos tribunais .....	557
221.	a divisão judiciária brasileira: linhas gerais .....	559
222.	conceito de foro .....	561
223.	os foros em segundo grau de jurisdição .....	562
224.	os foros em primeiro grau de jurisdição .....	563

225. juízos .....	565
226. juízos da mesma espécie ou de espécies diferentes .....	566
227. foros regionais, varas distritais e justiças itinerantes .....	567

**Capítulo XVIII – o estatuto constitucional da Magistratura e a independência dos juízes**

228. o estatuto constitucional da Magistratura .....	569
229. as carreiras judiciárias .....	570
230. recrutamento de juízes .....	572
231. o ingresso nas carreiras judiciárias: concurso .....	573
232. outros modos de recrutamento .....	573
233. o <i>quinto constitucional</i> .....	575
234. diferentes níveis ou classes .....	575
235. promoções alternadas por merecimento e por antiguidade .....	576
236. remoções .....	578
237. garantias dos juízes .....	579
238. a tríplice garantia, sua legitimidade democrática e sua relatividade .....	580
239. vitaliciedade .....	581
240. inamovibilidade .....	582
241. irredutibilidade de vencimentos .....	583
242. impedimentos dos juízes (imparcialidade) .....	584
243. deveres e responsabilidades do juiz .....	587
244. síntese das garantias, impedimentos e deveres .....	588
245. a independência funcional do juiz .....	589
246. o controle da Justiça e da Magistratura – o Conselho Nacional de Justiça e as Ouvidorias de Justiça .....	590
247. Escolas da Magistratura .....	593

**TÍTULO VII – a distribuição do exercício da jurisdição estatal: competência**

**Capítulo XIX – o exercício da jurisdição estatal: competência (teoria geral)**

248. a disciplina da matéria no novo Código de Processo Civil (em comparação com o anterior) .....	594
249. competência – conceito e fundamentos – unidade da jurisdição e pluralidade dos órgãos que a exercem .....	596
250. concretização da jurisdição .....	599
251. normas sobre a competência .....	600
252. a determinação da competência: problemas a resolver .....	603

253.	a determinação da competência: critérios – elementos da demanda e do processo ( <i>in statu assertionis</i> ) .....	605
254.	elementos da demanda .....	607
255.	partes .....	608
256.	causa de pedir .....	609
257.	pedido .....	610
258.	o pedido e o processo .....	610
259.	a natureza do processo .....	611
260.	peculiaridades do procedimento .....	612
261.	a interligação funcional entre processos .....	612
262.	associação de fatores .....	614
263.	fatores convergentes ou divergentes .....	615
264.	determinação da competência recursal .....	616
265.	competência funcional .....	618
266.	competência <i>ratione materiae</i> , <i>ratione loci</i> ou <i>ratione personæ</i> ...	622
267.	o esquema de Chiovenda no Código de Processo Civil de 1973 ..	623
268.	a distribuição da matéria no Código vigente – cinco critérios básicos .....	625
269.	prorrogação da competência relativa .....	626
270.	prevenção .....	627
271.	controle da competência .....	629
272.	controle da competência: conflito de competência .....	631
273.	controle da competência absoluta dos tribunais: reclamação .....	633
274.	controle da competência absoluta e da relativa: confrontos .....	634
275.	deslocamento da competência (direitos humanos) .....	635
276.	o incidente de assunção da competência .....	636
277.	incompetência .....	637
278.	foro, fórum, jurisdição, juízo, competência originária, Justiça competente .....	638
<b>Capítulo XX – competência dos Tribunais de superposição</b>		
279.	os Tribunais de superposição e sua razão de ser (remissão) .....	640
280.	tríplice competência – o Supremo Tribunal Federal, <i>guarda da Constituição</i> .....	641
281.	as missões político-institucionais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça .....	643
282.	a competência originária do Supremo Tribunal Federal .....	646
283.	a competência originária do Superior Tribunal de Justiça .....	649
284.	a competência recursal do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça .....	652
<b>Capítulo XXI – competência da Justiça comum</b>		
285.	competência de jurisdição .....	656

286.	Justiça comum e Estado federado .....	657
287.	competência da Justiça Federal .....	658
288.	competência dos juízos federais de primeiro grau .....	658
289.	competência civil dos juízos federais de primeiro grau: a União e suas emanções como partes .....	659
290.	competência civil dos juízos federais de primeiro grau: mandado de segurança contra ato de autoridade federal .....	659
291.	competência civil <i>ratione personæ</i> dos juízos federais de primeiro grau: exclusões e ressalvas .....	660
292.	juízes estaduais de primeiro grau no exercício da competência civil da Justiça Federal .....	662
293.	outros casos de competência civil dos juízos federais de primeiro grau .....	665
294.	competência civil dos Tribunais Regionais Federais .....	667
295.	competência civil residual das Justiças Estaduais e da Justiça do Distrito Federal e Territórios .....	668
296.	competência dos juízes estaduais de primeiro grau (regras aplicáveis também aos juízes do Distrito Federal) .....	669
297.	competência dos juzizados especiais cíveis .....	669
298.	competência civil dos tribunais estaduais .....	671
299.	verificação da competência de jurisdição .....	675

### **Capítulo XXII – competência civil territorial**

300.	a disciplina da matéria no novo Código de Processo Civil (em comparação com o anterior) .....	678
301.	conceito de competência territorial .....	679
302.	fatores de ligação entre a causa e o foro .....	680
303.	foro comum e foros especiais .....	682
304.	foros concorrentes .....	684
305.	foros subsidiários .....	685
306.	renúncia da lei à determinação do foro competente .....	686
307.	o foro comum no processo civil brasileiro .....	687
308.	a dimensão do foro comum (causas abrangidas) .....	689
309.	domicílio .....	690
310.	domicílio legal das pessoas naturais .....	692
311.	falsos foros especiais: incapaz, ausente, pessoa jurídica, agências ou sucursais e atos de gerência .....	693
312.	foros comuns concorrentes .....	696
313.	concurso entre foro comum e foro especial .....	697
314.	foros especiais concorrentes entre si .....	698
315.	foros subsidiários do comum .....	699

316.	foros especiais: domicílio do guardião do filho incapaz (ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável) .....	701
317.	foros especiais: último domicílio do casal .....	703
318.	foros especiais: domicílio ou residência do alimentando .....	704
319.	causas em que a União é parte como autora ou como ré .....	704
320.	cont.: Fazenda Nacional – a dimensão desse conceito .....	707
321.	cont.: entidades federais como partes perante juízos estaduais .....	708
322.	os Estados federados e o Distrito Federal .....	709
323.	foros especiais: situação do imóvel ( <i>forum rei sitæ</i> ) .....	711
324.	foro da situação do imóvel: causas conexas .....	713
325.	foro da situação do imóvel: <i>ações possessórias</i> .....	714
326.	foro da situação do imóvel: indisponibilidade do foro – ressalvas .....	716
327.	foro da situação do imóvel: imóvel em mais de um foro (foros concorrentes) .....	718
328.	foro da situação do imóvel: o problema das <i>execuções hipotecárias</i> .....	719
329.	foros especiais: lugar do cumprimento da obrigação ( <i>forum destinatæ solutionis</i> ) .....	721
330.	foros especiais: lugar do ato ou do fato .....	724
331.	foro do lugar do fato: demandas reparatórias em geral ( <i>forum delicti commissi</i> ) .....	725
332.	foro do lugar do fato ou do domicílio do autor: crimes e acidentes de veículos (concurso de foros especiais) .....	727
333.	ainda o lugar do ato ou do fato: mandato ou gestão de negócios ( <i>forum gestæ administrationis</i> ) .....	730
334.	ações coletivas .....	732
335.	juizados especiais cíveis – federais e estaduais .....	733
336.	foros especiais: inventários e partilhas .....	736
337.	causas correlatas ao inventário .....	738
338.	inventários, partilhas e causas correlatas: normas exclusivamente de competência territorial .....	739
339.	foros especiais: o lugar do principal estabelecimento (falências e recuperações judiciais) .....	741
340.	causas deslocadas para a Justiça Federal (Const., art. 109, § 5º) ..	743

### **Capítulo XXIII – competência de juízo**

341.	conceito .....	745
342.	competência de juízo originária (inicial) .....	746
343.	fontes legislativas .....	746
344.	competência de juízo em primeiro grau de jurisdição: órgãos da mesma espécie ou de espécies diferentes .....	748
345.	critérios de determinação da competência de juízo .....	749

346. critérios usualmente adotados .....	750
347. causas conexas .....	752

#### **Capítulo XXIV – competência interna dos tribunais**

348. conceito .....	754
349. fontes normativas .....	755
350. competência interna nos tribunais em geral .....	756
351. competência interna no Supremo Tribunal Federal .....	758
352. competência interna no Superior Tribunal de Justiça .....	758
353. competência interna nos Tribunais Regionais Federais e nos Tribunais de Justiça .....	760
354. competências absolutas, salvo causas conexas .....	764
355. prevenções .....	765

#### **Capítulo XXV – competência absoluta ou relativa**

356. a disciplina da matéria no novo Código de Processo Civil – visão de conjunto .....	766
357. competência absoluta e competência relativa – conceitos .....	767
358. duas fundamentais razões divergentes de política legislativa .....	768
359. a prorrogação da competência e as normas que a disciplinam (normas modificadoras da competência) .....	771
360. prorrogabilidade da competência por vontade das partes, uma projeção do princípio constitucional da liberdade .....	773
361. competência absoluta ou relativa no sistema do Código de Processo Civil .....	774
362. a competência relativa no sistema do Código de Processo Civil ..	776
363. a <i>relatividade da relatividade</i> .....	777
364. prorrogação da competência relativa: hipóteses .....	778
365. conexidade entre demandas .....	778
366. prorrogação da competência por conexidade: razões de ordem pública, competência absoluta .....	779
367. prorrogação da competência territorial por conexidade ou continência: regra de aplicação geral .....	783
368. prorrogação da competência por conexidade ou continência: causas e recursos excluídos (remissão) .....	783
369. casos particulares de prorrogação da competência territorial por conexidade ou continência .....	785
370. a prorrogação da competência dos tribunais .....	786
371. prorrogação da competência territorial por eleição de foro .....	787
372. eleição de foro: dimensão objetiva de sua eficácia .....	788
373. eleição de foro: neutralização de sua eficácia por outros fatores mais poderosos de modificação da competência .....	791



374.	eleição de foro: dimensão subjetiva de sua eficácia .....	793
375.	prorrogação da competência territorial por vontade unilateral do autor (foro do domicílio do réu) .....	794
376.	prorrogação da competência territorial por falta de oportuna alegação de incompetência (CPC, art. 65) .....	798
377.	a competência absoluta no sistema do Código de Processo Civil .	800
378.	competências constitucionais: absolutas .....	802
379.	competências absolutas extralegais .....	804
380.	o regime jurídico da competência absoluta .....	805
381.	declaração de-ofício (art. 64, § 1º) .....	806
382.	alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição (art. 64, § 1º) ....	808
383.	o regime jurídico da competência relativa .....	810
384.	competência de juízo: absoluta ou relativa? .....	812
385.	competência de juízo <i>ratione materiae</i> ou <i>ratione personae</i> : absolutas .....	814
386.	competência de juízo por valor: relativa .....	815
387.	síntese da disciplina da competência absoluta e da relativa .....	816

### **Capítulo XXVI – prevenção**

388.	a disciplina da matéria no novo Código de Processo Civil .....	820
389.	a prevenção e as normas de concentração da competência .....	821
390.	prevenção originária e prevenção expansiva .....	823
391.	a distribuição por dependência, um braço operacional do instituto da prevenção .....	824
392.	prevenção originária pela distribuição ou registro da demanda ....	825
393.	extinção dos efeitos da prevenção – o exaurimento da competência (CPC, art. 494) .....	828
394.	prevenção de um dos foros concorrentes .....	831
395.	prevenção para causas conexas, no mesmo foro ou em foros diferentes .....	831
396.	prevenção para causas incidentes ao processo .....	833
397.	prevenção e competência funcional .....	834
398.	prevenção abrangendo <i>ações principais</i> e <i>ações acessórias</i> .....	835
399.	prevenção nos tribunais .....	837
400.	prevenção para a fase de cumprimento de sentença .....	838

### **Capítulo XXVII – competência dos foros regionais**

401.	critérios variados para a determinação da competência dos foros regionais – três categorias de causas .....	840
402.	competência de juízo e competência de foro .....	842
403.	competência absoluta ou relativa .....	843

404. normas estaduais de determinação da competência dos foros regionais e normas federais que regem as modificações da competência ..... 845

***TÍTULO VIII – o exercício da jurisdição civil: serviços paralelos***

***Capítulo XXVIII – atividades paralelas ao exercício da jurisdição***

405. a insuficiência da atividade jurisdicional ..... 848  
406. serviços complementares e *funções essenciais à justiça* ..... 849

***Capítulo XXIX – serviços complementares à jurisdição:  
os auxiliares da Justiça***

**§ 1º – conceitos e disciplina geral**

407. os serviços complementares: variedade e diversidade ..... 851  
408. os auxiliares da Justiça e seu regime jurídico geral ..... 852  
409. dever de imparcialidade, recusa, responsabilidade administrativa e responsabilidade civil ..... 853  
410. presunção de veracidade (*fê-pública*) ..... 855  
411. fontes legislativas ..... 856  
412. o regime jurídico-processual dos serviços complementares ..... 857  
413. os serviços complementares e os sujeitos que os realizam ..... 859  
414. os funcionários e órgãos do *foro extrajudicial* não são auxiliares da Justiça ..... 863

**§ 2º – auxiliares permanentes da Justiça**

415. o escrivão ou chefe de secretaria e seus auxiliares, os escreventes ..... 863  
416. o oficial de justiça ..... 865  
417. o porteiro ..... 867  
418. o distribuidor ..... 867  
419. o contabilista (ou contador) ..... 868  
420. o partidor ..... 868  
421. o depositário público ..... 869  
422. o administrador-depositário ..... 870

**§ 3º – auxiliares eventuais da Justiça (de encargo judicial)**

423. o perito ..... 871  
424. o avaliador e o arbitrador ..... 873  
425. o inventariante ..... 874  
426. o administrador (na falência ou recuperação judicial) ..... 874

**§ 4º – auxiliares eventuais da Justiça (órgãos extravagantes)**

427. entidades não vinculadas ao Poder Judiciário ..... 875  
428. a categoria dos auxiliares parajurisdicionais ..... 878  
429. o conciliador e o mediador ..... 879  
430. o juiz leigo ..... 880

**Capítulo XXX – funções essenciais à justiça: o Ministério Público**

431. Ministério Público – valores democráticos e interesse público ....	881
432. as funções institucionais e os impedimentos fundamentais da Instituição .....	882
433. a legitimidade do Ministério Público em normas infraconstitucionais .....	885
434. posição institucional .....	887
435. garantias e impedimentos – princípios – responsabilidade .....	889
436. o controle do Ministério Público – o Conselho Nacional e as Ouvidorias do Ministério Público .....	892
437. organização institucional .....	892

**Capítulo XXXI – funções essenciais à justiça: o advogado**

438. o advogado, suas atividades privativas e sua indispensabilidade ....	894
439. o estágio, o estagiário e sua parcial capacidade postulatória .....	896
440. o advogado e o cliente: o mandato e a procuração .....	898
441. direitos e prerrogativas, deveres e responsabilidade – ética profissional .....	900
442. o advogado-empregado .....	902
443. as sociedades de advogados .....	904
444. a Ordem dos Advogados do Brasil .....	905

**Capítulo XXXII – outras funções essenciais à justiça**

445. funções desempenhadas por advogados .....	907
446. Defensorias Públicas .....	908
447. a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria da Fazenda Nacional .....	909
448. as Procuradorias dos Estados e a Procuradoria do Distrito Federal .....	910

# INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO**

**Volume II**

com a participação de  
**Daniel Menegassi Zotareli**

**9<sup>a</sup> EDIÇÃO**  
Revista e atualizada

2023

1ª edição, 08.2001; 2ª edição, 03.2002; 3ª edição, 02.2003;  
4ª edição, 01.2004; 5ª edição, 03.2005; 6ª edição, 04.2009;  
7ª edição, 02.2017; 8ª edição, 06.2019.



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

**MALHEIROS**  
**EDITORES**

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757

**Contatos:** <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>  
[malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)

**Copyright:** Edições JusPODIVM e Malheiros Editores

**Diagramação:** PC Editorial Ltda

**Capa:** Ana Caquetti

D583i Dinamarco, Cândido Rangel  
Instituições de Direito Processual Civil v.II / Cândido Rangel Dinamarco – 9. ed.,  
rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.  
816 p.  
(Coedição Malheiros)

Inclui Bibliografia.  
ISBN: 978-85-442-4398-5.

1. Direito Processual Civil. 2. Instituições. I. Dinamarco, Cândido Rangel. II.  
Título.

CDD 341.46

Bibliotecária Responsável  
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM e Malheiros Editores.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

## **SUMÁRIO**

### **LIVRO III – O MÉTODO DE EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO: PROCESSO**

#### **TÍTULO IX – processo civil: conceito e função**

##### **Capítulo XXXIII – o conceito de processo e seu regime jurídico**

449. três acepções do vocábulo <i>processo</i> .....	23
450. o processo como categoria jurídica (segunda acepção): uma entidade complexa .....	25
451. relação jurídica processual e contraditório .....	28
452. procedimento e devido processo legal .....	30
453. interação entre procedimento e relação jurídica processual .....	31
454. a legitimação pelo contraditório e pelo devido processo legal ( <i>supra</i> , nn. 120 ss.) .....	33
455. regime jurídico do processo (devido processo legal <i>processual</i> ) ..	33

##### **Capítulo XXXIV – espécies de processos e seus resultados (o processo e a vida dos direitos)**

456. os resultados institucionais do processo .....	35
457. os direitos, as pessoas e os bens .....	36
458. diferentes técnicas processuais .....	38
459. escolhas adequadas .....	41

#### **TÍTULO X – formação do processo civil e litispendência**

##### **Capítulo XXXV – a formação do processo civil e a litispendência**

460. formação, suspensão e extinção do processo civil – ideias gerais	43
461. a formação do processo sincrético brasileiro e a passagem de uma fase a outra .....	44
462. a inércia do juiz, o princípio da demanda e a iniciativa de parte ...	46
463. iniciativa de parte .....	49

464.	petição <i>endereçada ao juiz</i> .....	50
465.	os requisitos formais da demanda e a formação do processo ou instauração de nova fase .....	51
466.	a formação da fase de cumprimento de sentença – a fase de liquidação .....	53
467.	a litispendência .....	54
468.	citação válida .....	55
469.	o momento de formação do processo .....	57
470.	efeitos substanciais e processuais da litispendência em relação ao autor ou ao réu .....	60
471.	a litispendência e a máxima <i>electa una via ad alteram non datur regressus</i> .....	62
472.	efeitos da litispendência em relação a terceiros .....	64
473.	pressupostos processuais e formação do processo .....	66
474.	formação do processo arbitral .....	68

### **Capítulo XXXVI – efeitos processuais da litispendência**

475.	a chamada <i>exceção de litispendência</i> .....	70
476.	litispendência e fase de cumprimento de sentença .....	73
477.	regime jurídico (prioridade pela citação) .....	74
478.	regime jurídico (controle de ofício) .....	75
479.	prevenção do juízo .....	76
480.	perpetuação da competência .....	77
481.	estabilização da demanda .....	77
482.	estabilização objetiva (pedido ou causa de pedir) .....	79
483.	estabilização subjetiva .....	81
484.	estabilização da causa de pedir – ressalvas e esclarecimentos .....	84
485.	suspensão de outro processo (causa prejudicial) .....	88
486.	efeitos processuais da litispendência arbitral – a chamada exceção de litispendência ( <i>supra</i> , nn. 475-478) .....	91
487.	efeitos processuais da litispendência arbitral – prevenção do árbitro ( <i>supra</i> , n. 479) .....	92
488.	efeitos processuais da litispendência arbitral – estabilização da demanda ( <i>supra</i> , n. 481) .....	92
489.	efeitos processuais da litispendência arbitral – suspensão de outro processo ( <i>supra</i> , n. 485) .....	94
490.	efeitos processuais da pendência do processo coletivo .....	94

### **Capítulo XXXVII – efeitos substanciais da litispendência**

491.	litigiosidade da coisa .....	97
492.	interrupção da prescrição .....	101
493.	interrupção da decadência (ou: cessação da fluência dos prazos decadenciais) .....	103

494.	a validade da citação e as dimensões de sua eficácia interruptiva	104
495.	citação ordenada por juiz incompetente .....	109
496.	reinício da fluência do prazo prescricional .....	109
497.	novas iniciativas necessárias sob pena de prescrição .....	111
498.	decadência – peculiaridades .....	113
499.	prescrição e decadência: premissas éticas e econômicas – razões de convivência social – caráter excepcional .....	114
500.	prescrição e decadência: objeções e não exceções em sentido estrito .....	114
501.	em qualquer tempo ou grau ordinário de jurisdição – observância do contraditório .....	116
502.	constituição em mora .....	120
503.	requisitos da citação para a constituição do devedor em mora .....	122
504.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – litigiosidade da coisa ( <i>supra</i> , n. 491) .....	123
505.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – interrupção da prescrição ou da decadência ( <i>supra</i> , nn. 492 ss.) .....	124
506.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – constituição do obrigado em mora ( <i>supra</i> , nn. 502-503) .....	124
507.	efeitos substanciais da pendência do processo coletivo – esp. a constituição em mora em caso de direitos individuais homogêneos ( <i>supra</i> , nn. 80-90) .....	125

### ***TÍTULO XI – a demanda e o objeto do processo civil***

#### ***Capítulo XXXVIII – a demanda***

508.	demanda: o ato e o conteúdo (pretensão) .....	126
509.	demanda e petição inicial .....	128
510.	demanda, ação, causa, pedido e lide – empregos menos corretos do vocábulo <i>demanda</i> .....	129
511.	demanda e objeto do processo ( <i>supra</i> , n. 151) .....	131
512.	pretensão bifronte .....	131
513.	ação, demanda e direito de demandar: uma escalada de situações	133
514.	elementos constitutivos da demanda (a chamada <i>identificação das ações</i> ) .....	135
515.	partes .....	137
516.	peculiaridades terminológicas .....	138
517.	parte e representante .....	138
518.	parte e substituto processual ( <i>infra</i> , n. 637) .....	140
519.	parte e parte legítima ( <i>infra</i> , n. 633) .....	140
520.	partes nos processos de jurisdição voluntária .....	141
521.	pedido: provimento e bem da vida ( <i>supra</i> , n. 2) .....	142
522.	<i>pedido certo e determinado</i> (CPC, arts. 322 e 324) – o pedido genérico .....	144



523.	inadmissível o pedido genérico no processo de execução ou na fase de cumprimento de sentença .....	145
524.	<i>idem</i> , no processo monitorio .....	147
525.	o pedido genérico nos juizados especiais cíveis .....	147
526.	o pedido genérico nas ações coletivas por direitos individuais homogêneos .....	148
527.	pedido vago e pedido de sentença condicional .....	149
528.	causa de pedir – substanciação .....	151
529.	a estrutura mínima da demanda e razões de sua exigência .....	154
530.	os elementos constitutivos e as diferenças entre demandas – relações entre elas ( <i>infra</i> , nn. 537 ss.) .....	156
531.	as demandas do autor e as do réu .....	158
532.	interpretação da demanda e a regra da correlação .....	160
533.	os chamados <i>pedidos implícitos</i> .....	163
534.	correlação entre tutela jurisdicional e demanda .....	165
535.	revogação da demanda ( <i>desistência da ação</i> ) .....	166
536.	classificações e adjetivações .....	170

### **Capítulo XXXIX – relações entre demandas**

537.	espécies de relações .....	174
538.	conexidade ( <i>supra</i> , n. 365) .....	175
539.	afinidade .....	178
540.	comunhão .....	179
541.	conexidade subjetiva .....	179
542.	continência .....	180
543.	prejudicialidade .....	182
544.	prejudicialidade e processo .....	183
545.	demanda principal e demanda acessória .....	186
546.	dependência .....	188

### **Capítulo XL – cumulação de demandas**

547.	das relações entre demandas à sua cumulação no processo ( <i>supra</i> , nn. 537 ss.) .....	189
548.	justificação sistemática, conceito, espécies e disciplina geral .....	190
549.	cúmulos de pedidos (em geral) .....	192
550.	cúmulo simples de pedidos (CPC, art. 327) .....	192
551.	cúmulo sucessivo (prejudicialidade – demanda principal e acessória) .....	195
552.	cúmulo alternativo de pedidos (CPC, art. 325) .....	197
553.	alternatividade eventual (pedido subsidiário – CPC, art. 326) .....	199
554.	cúmulo de fundamentos .....	201
555.	cúmulo subjetivo (litisconsórcio) .....	203
556.	cúmulo originário ou ulterior (inicial ou sucessivo) .....	203

557. extinção ou redução do cúmulo de demandas – sem extinção do processo, sequer parcial .....	206
---	-----

### ***Capítulo XLI – o objeto do processo civil***

558. objeto do processo, pretensão e mérito – a lide .....	209
559. objeto do processo: o pedido e não a causa de pedir .....	213
560. o mérito e as questões de mérito .....	214
561. objeto do processo e objeto do conhecimento do juiz .....	216
562. a delimitação do objeto do processo .....	217
563. ampliação e redução do objeto do processo ( <i>supra</i> , n. 556) .....	219
564. objeto simples, composto ou decomponível – unidade do processo .....	221
565. objeto do processo, litispendência e coisa julgada .....	223

## ***TÍTULO XII – relação jurídica processual civil***

### ***Capítulo XLII – relação jurídica processual***

566. relação entre os sujeitos do processo .....	225
567. origem e elementos distintivos .....	227
568. os sujeitos da relação jurídica processual, ou do processo .....	228
569. relação complexa, evolutiva e unitária .....	229
570. situações jurídicas ativas e passivas – autoridade e sujeição .....	231
571. faculdades processuais das partes .....	233
572. ônus processuais das partes (absolutos ou relativos) .....	234
573. poderes processuais das partes .....	237
574. os poderes-deveres do juiz .....	237
575. o juiz não tem faculdades nem ônus processuais .....	238
576. deveres das partes, especialmente o de lealdade .....	240
577. não há direitos subjetivos e obrigações de natureza processual ....	241
578. dever e a faculdade de cooperação entre as partes e o juiz – diálogo e contraditório .....	242
579. autonomia da relação processual .....	245
580. relação de direito público .....	246
581. relação jurídica tríplice (angular? triangular?) .....	247
582. requisitos prévios à relação jurídica processual: os pressupostos processuais .....	250
583. relação jurídica processual, contraditório e devido processo legal	253
584. as partes, a relação jurídica processual, a garantia do contraditório e os limites subjetivos da eficácia e da autoridade da sentença ....	254

## ***TÍTULO XIII – sujeitos do processo civil***

### ***Capítulo XLIII – o juiz no exercício da jurisdição***

585. o Estado e seus agentes jurisdicionais, os juízes .....	256
--	-----

586.	a figura do árbitro .....	258
587.	o dever de imparcialidade .....	258
588.	parcialidade potencial ou efetiva .....	259
589.	suspeição e impedimento do juiz – dever de abstenção – recusa ..	260
590.	o controle do impedimento ou da suspeição do juiz .....	263
591.	os poderes e deveres do Estado-juiz .....	266
592.	poderes-deveres do juiz (atos finais) .....	268
593.	poderes-deveres do juiz no processo civil inquisitório ( <i>supra</i> , n. 126) .....	273
594.	os poderes que o juiz não tem .....	278
595.	poderes de natureza administrativa ( <i>polícia das audiências</i> ) .....	280

#### **Capítulo XLIV – os auxiliares da Justiça no exercício das funções complementares**

596.	os órgãos auxiliares como sujeitos secundários do processo .....	282
597.	poderes e deveres dos auxiliares da Justiça em geral .....	283
598.	poderes e deveres do escrivão ou chefe de secretaria .....	284
599.	poderes e deveres do oficial de justiça ( <i>supra</i> , n. 416) .....	284
600.	poderes e deveres do perito .....	285
601.	poderes e deveres dos auxiliares parajurisdicionais (juizados es- peciais cíveis) .....	285

#### **Capítulo XLV – partes**

602.	conceito puro de parte .....	287
603.	a qualidade de parte .....	290
604.	o Ministério Público e a Fazenda Pública como partes .....	291
605.	as situações jurídicas ativas e passivas das partes (quadro geral) .	293
606.	os ônus de demandar, de afirmar e de defender-se .....	294
607.	afirmar fatos constitutivos, impeditivos, modificativos ou extinti- vos de direitos .....	296
608.	ônus da prova .....	301
609.	ônus de recorrer .....	302
610.	ônus de adiantar despesas ( <i>infra</i> , nn. 873 ss.) .....	303
611.	o dever de lealdade processual .....	303
612.	litigância de má-fé e abuso de direito no processo .....	305
613.	atos atentatórios à dignidade da Justiça ( <i>contempt of court</i> ) .....	315
614.	a repressão aos atos atentatórios à dignidade da Justiça em todas as espécies de processo .....	316
615.	atos atentatórios no processo ou fase de execução .....	317
616.	atos atentatórios tipificados nos diversos incisos do art. 774 .....	318
617.	multas e responsabilidade civil – decisões necessariamente moti- vadas .....	320
618.	partes na demanda e partes no processo .....	322
619.	sucessão das partes .....	324

620. dualidade de partes .....	326
621. pluralidade de partes .....	328
622. aquisição e perda da qualidade de parte .....	331
623. capacidade das partes .....	334
624. capacidade de ser parte .....	335
625. capacidade de estar em juízo .....	337
626. capacidade postulatória .....	340
627. igualdade das partes ( <i>supra</i> , n. 118) .....	343

**Capítulo XLVI – ação e defesa: síntese das posições das partes no processo**

628. as situações jurídicas ativas das partes .....	345
629. a inércia inicial do juiz, a iniciativa de parte e o conteúdo da ação e da defesa .....	347
630. direito ao provimento de mérito .....	349
631. o direito de ação antes e durante o processo: direito ao processo – as condições da ação e a carência de ação .....	351
632. o interesse processual e o binômio <i>necessidade-adequação</i> .....	354
633. a legitimidade <i>ad causam</i> .....	358
634. legitimidade <i>ad causam</i> , aspecto do interesse de agir .....	360
635. legitimidade ativa à execução forçada .....	362
636. legitimidade ativa de ambas as partes à liquidação de sentença ...	362
637. legitimidade extraordinária (substituição processual) .....	363
638. legitimidade ativa extraordinária nos processos coletivos .....	366
639. legitimidade autônoma ou subordinada .....	366
640. legitimidade exclusiva ou concorrente .....	367
641. legitimidade isolada ou conjunta (litisconsórcio necessário) .....	368
642. a utilidade sistemática da técnica das condições da ação .....	368
643. condições existentes e não apenas afirmadas ( <i>repúdio à teoria da asserção</i> ) .....	369
644. as condições supervenientes e as que desaparecem no curso do processo – as condições da ação são indispensáveis no momento de julgar .....	371
645. falsas carências de ação .....	372
646. o conceito de ação e sua evolução doutrinária .....	374
647. natureza jurídica da ação e da defesa: poderes e não direitos subjetivos – titular passivo, o Estado .....	378
648. espécies de ações e de defesas – as exceções em sentido estrito ...	380
649. atipicidade da ação e da defesa .....	382
650. defesa e eventualidade – preliminares e defesas de mérito .....	384

**Capítulo XLVII – litisconsórcio**

651. conceito – fenômeno de pluralidade de partes ( <i>supra</i> , nn. 620-621) .....	386
---	-----

652.	justificação sistemática .....	388
653.	admissibilidade do litisconsórcio .....	389
654.	conexidade objetiva (CPC, art. 113, inc. II) .....	390
655.	afinidade de questões (CPC, art. 113, inc. III) .....	391
656.	comunhão em direitos ou obrigações (CPC, art. 113, inc. I) .....	392
657.	admissibilidade do litisconsórcio e legitimidade <i>ad causam</i> .....	394
658.	litisconsórcio multitudinário .....	395
659.	litisconsórcio e tutela jurisdicional coletiva .....	396
660.	formação do litisconsórcio (modos e momentos) .....	397
661.	litisconsórcio originário ou ulterior (inicial ou sucessivo) .....	400
662.	extinção ou redução do litisconsórcio .....	400
663.	a relativa autonomia dos litisconsortes (CPC, art. 117) .....	403
664.	regimes do litisconsórcio – litisconsórcio unitário ou comum .....	405
665.	litisconsórcio necessário ou facultativo .....	409
666.	litisconsórcio necessário-unitário .....	410
667.	litisconsórcio necessário por força de lei (não invariavelmente unitário) .....	411
668.	a implementação do litisconsórcio necessário e as consequências da não-implementação .....	412
669.	em caso de litisconsórcio necessário-unitário .....	413
670.	em caso de litisconsórcio necessário por força de lei .....	416
671.	litisconsórcio necessário ativo .....	417
672.	necessariedade e unitariedade do litisconsórcio – conceitos independentes .....	418
673.	litisconsórcio unitário facultativo (não necessário) .....	419
674.	litisconsórcio necessário não unitário (comum) .....	420
675.	litisconsórcio facultativo .....	421
676.	litisconsórcio alternativo ou eventual .....	423
677.	o processo litisconsorcial .....	425

### **Capítulo XLVIII – as intervenções de terceiros**

678.	fenômenos de pluralidade de partes .....	430
679.	justificação sistemática .....	431
680.	intervenção .....	432
681.	limites temporais (regra básica e geral) .....	434
682.	conceito puro de terceiro .....	435
683.	espécies de intervenções e situações legitimantes – o terceiro e o objeto do processo ( <i>supra</i> , nn. 151 e 511) .....	436
684.	intervenções voluntárias e intervenções provocadas (coatas) .....	437
685.	a aquisição da qualidade de parte pelo terceiro .....	438
686.	incidentes processuais .....	439
687.	os intervenientes como partes .....	440
688.	intervenção e processo .....	440

689.	intervenção e competência .....	441
690.	intervenção litisconsorcial voluntária .....	442
691.	intervenção de colegitimados extraordinários .....	445
692.	assistência .....	446
693.	assistência simples ou qualificada (litisconsorcial) .....	451
694.	entre a assistência litisconsorcial e o litisconsórcio .....	455
695.	<i>amicus curiae</i> .....	456
696.	recurso de terceiro juridicamente prejudicado ( <i>infra</i> , n. 2.221) ....	459
697.	sucessão do réu pelo verdadeiro obrigado ou pela parte legítima (antiga nomeação à autoria) .....	461
698.	denúnciação da lide e chamamento ao processo – ideias gerais ...	463
699.	denúnciação da lide: conceito – ampliação do objeto do processo e da relação jurídica processual .....	464
700.	as posições do litisdenuciado na relação processual .....	465
701.	em caso de denúnciação feita pelo réu .....	465
702.	duas situações especiais, conforme o comportamento do denunciado – liberdade de escolha pelo réu-denunciante (CPC, art. 128, incs. II-III) .....	466
703.	em caso de denúnciação feita pelo autor .....	468
704.	ainda a dupla função da denúnciação da lide .....	469
705.	denúnciação da lide: âmbito de admissibilidade .....	471
706.	denúnciação da lide: hipóteses de admissibilidade .....	471
707.	denúnciação da lide: obrigatoriedade? .....	475
708.	denúnciação da lide: legitimidade para denunciar e para ser denunciado .....	476
709.	apenas uma denúnciação sucessiva .....	478
710.	excluída a denúnciação <i>per saltum</i> .....	479
711.	denúnciação da lide: o título executivo contra o denunciado .....	480
712.	chamamento ao processo: conceito e utilidade sistemática .....	482
713.	chamamento ao processo: âmbito de admissibilidade .....	484
714.	chamamento ao processo: hipóteses de admissibilidade .....	485
715.	chamamento ao processo: condenação solidária (CPC, art. 132) .	488
716.	denúnciação, chamamento e ilegitimidade <b>ad causam</b> do réu .....	490
717.	denúnciação da lide e chamamento ao processo – uma clara superposição no Código de Processo Civil .....	491
718.	intervenção coata do terceiro supostamente responsável (incidente de desconsideração da personalidade jurídica) .....	494
719.	intervenção coata no processo de produção antecipada de provas – intervenção <i>jussu judicis</i> .....	495

### **Capítulo XLIX – o Ministério Público como parte no processo civil**

720.	condição de parte em todos os casos de legitimidade – o fundamento sistemático desta .....	498
------	--	-----

721.	parte <i>parcial</i> ou fiscal da ordem jurídica .....	499
722.	os fatores legitimantes e as diversas posições do Ministério Público no processo civil brasileiro .....	501
723.	o Ministério Público como <i>custos legis</i> .....	502
724.	o Ministério Público não é defensor da Fazenda Pública .....	505
725.	o Ministério Público como assistente da parte principal .....	506
726.	o Ministério Público como parte principal .....	507
727.	a legitimidade ativa para as ações civis públicas .....	508
728.	dimensões da legitimidade do Ministério Público para a ação civil pública .....	511
729.	o regime legal do Ministério Público na relação processual civil .	513
730.	dever de imparcialidade e recusa do promotor de justiça .....	515
731.	honorários da sucumbência .....	517

#### ***TÍTULO XIV – o procedimento e os atos processuais civis***

##### ***Capítulo L – o procedimento no processo civil brasileiro***

732.	procedimento – conceito e conteúdo .....	519
733.	conteúdo das normas que definem o procedimento .....	520
734.	os procedimentos-modelo segundo a lei e os procedimentos concretamente realizados .....	523
735.	o regime legal do procedimento .....	524
736.	interdependência entre os atos do processo .....	525
737.	regularidade formal e instrumentalidade das formas ( <i>infra</i> , n. 843) .....	526
738.	a oralidade no procedimento e o <i>processo oral</i> .....	527
739.	procedimento rígido ou flexível – fases .....	530
740.	as fases procedimentais no processo sincrético brasileiro .....	532
741.	preclusões, fases procedimentais e o procedimento rígido brasileiro .....	533
742.	procedimento rígido e adaptações do procedimento .....	540
743.	flexibilidade e adaptabilidade do procedimento arbitral .....	541
744.	diversificação dos procedimentos (comum, especiais <i>etc.</i> ) .....	542
745.	a escolha do procedimento adequado segundo a lei .....	545
746.	incidentes do procedimento, questões incidentes e processo incidente .....	546

##### ***Capítulo LI – atos processuais civis***

747.	conceito .....	551
748.	negócios jurídicos processuais .....	554
749.	fatos jurídicos processuais .....	559
750.	as condutas omissivas como fatos jurídicos processuais .....	560
751.	efeitos sobre o procedimento e sobre a relação jurídica processual .....	563

752. eficácia constitutiva, impeditiva, modificativa ou extintiva .....	564
753. momento da produção dos efeitos .....	564
754. atos escritos ou orais e a documentação eletrônica .....	565
755. atos simples ou complexos .....	567
756. atos processuais ilícitos ( <i>supra</i> , nn. 611-613) .....	568
757. os atos dos diversos sujeitos processuais .....	570
758. atos processuais das partes (por si ou por advogado) .....	570
759. atos processuais indutivos ou causativos (atos de parte) .....	575
760. atos processuais do juiz (atos judiciais) .....	576
761. atos do juiz: provimentos (pronunciamentos) e atos materiais .....	579
762. pronunciamentos – decisão <i>lato sensu</i> e despachos .....	580
763. os atos decisórios – sentença – evolução do conceito no direito brasileiro .....	581
764. sentença – seu conceito atual .....	584
765. os atos decisórios – decisões interlocutórias .....	586
766. uma decisão interlocutória de mérito .....	587
767. os atos não decisórios – despachos, ou despachos de mero expediente .....	588
768. sentenças, decisões interlocutórias e despachos: confrontos .....	589
769. acórdão .....	590
770. outras variações dos atos processuais do juiz .....	591
771. atos do árbitro .....	593
772. atos dos auxiliares da Justiça .....	594
773. documentação e registro dos atos processuais – autos e registros eletrônicos .....	595
774. atos processuais de pertinência geral e atos próprios a certos processos ou procedimentos .....	598

### ***Capítulo LII – atos de comunicação processual: citação e intimação***

775. relevância sistemática da comunicação processual .....	601
776. citação .....	602
777. intimações .....	607
778. as intimações que acompanham a citação .....	609

### ***Capítulo LIII – atos de cooperação jurisdicional – as cartas***

779. a cooperação jurisdicional e seus fundamentos – as cartas – as atividades de cooperação .....	611
780. cooperação jurisdicional internacional: as cartas rogatórias ( <i>supra</i> , n. 201) .....	614
781. cooperação jurisdicional nacional: carta de ordem .....	614
782. cooperação jurisdicional nacional: carta precatória .....	617
783. atos de comunicação processual .....	619
784. atividades probatórias .....	620
785. atos de constrição sobre pessoas ou coisas .....	621



786.	recusa de cumprimento às cartas de ordem e precatórias .....	622
787.	regras comuns às cartas, no Código de Processo Civil .....	625
788.	delegação de funções .....	627
789.	as cartas arbitrais .....	628

### **Capítulo LIV – a forma dos atos processuais civis**

790.	do conteúdo à forma: equilíbrio e racionalidade nas exigências formais – o valor dos escopos .....	630
791.	formas processuais e devido processo legal .....	631
792.	liberdade e legalidade das formas no Código de Processo Civil ...	633
793.	requisitos formais gerais ou especiais .....	635
794.	requisitos formais intrínsecos e extrínsecos (modo, lugar e tempo) .....	635
795.	requisitos gerais quanto ao modo dos atos processuais .....	636
796.	requisitos gerais quanto ao lugar dos atos processuais .....	639
797.	requisitos gerais quanto ao tempo dos atos processuais – a eliminação das férias forenses .....	641
798.	cont.: dias sem expediente forense e horários de expediente .....	643
799.	atos processuais típicos ou atípicos .....	644
800.	o modelo brasileiro dos atos processuais civis típicos .....	645

### **Capítulo LV – prazos processuais civis**

801.	conceito e distinções fundamentais – prazos aceleratórios e prazos dilatatórios .....	646
802.	prazos próprios e impróprios – preclusões .....	648
803.	prazos endoprocessuais e extraprocessuais – prazos não-processuais .....	652
804.	a dimensão dos prazos: diversos aspectos .....	653
805.	unidades de tempo .....	653
806.	prazos legais e prazos judiciais .....	654
807.	prazos convencionais e calendário estabelecido consensualmente pelas partes .....	655
808.	prazos peremptórios ou dispositivos (meramente ordinatórios) ....	656
809.	as alterações de prazos não-peremptórios por ato das partes .....	657
810.	prorrogação de prazos por ato do juiz .....	660
811.	prorrogação dos prazos em caso de transmissão de petições via fax .....	661
812.	fluência e contagem dos prazos: diversos aspectos .....	662
813.	<i>fluir</i> e <i>contar</i> : conceitos diferentes .....	662
814.	o início dos prazos e sua fluência .....	664
815.	início dos prazos em caso de intimação pelo <i>Diário da Justiça eletrônico</i> .....	665
816.	o início da <i>contagem</i> dos prazos .....	667

817. especificações .....	669
818. ressalvas .....	670
819. início do prazo para contestar e simultaneidade do início dos prazos .....	671
820. simultaneidade restrita ao início da <i>fluência</i> dos prazos .....	672
821. no processo autônomo de execução – sem simultaneidade .....	673
822. contagem em dias úteis .....	673
823. somente os prazos processuais .....	676
824. o fim dos prazos .....	677
825. contagem regressiva de prazos .....	679
826. interrupção e suspensão dos prazos processuais .....	680
827. casos de interrupção dos prazos .....	680
828. casos de suspensão dos prazos .....	682
829. a igualdade nos prazos e os prazos maiores concedidos pela lei (CPC, arts. 180, 183 e 186) .....	685
830. renúncia aos prazos .....	688

### ***Capítulo LVI – defeitos dos atos processuais e do procedimento***

831. atos processuais, escopos e eficácia .....	691
832. defeitos formais e não-formais dos atos processuais .....	692
833. as consequências dos defeitos do ato processual .....	693
834. graduação da intensidade das consequências .....	694
835. atos processuais meramente irregulares .....	694
836. atos processuais juridicamente inexistentes .....	696
837. invalidade, nulidade e ineficácia do ato processual– a indispensável declaração judicial da nulidade .....	700
838. não existem atos anuláveis em direito processual .....	702
839. nulidades cominadas ou não-cominadas (sistemáticas) .....	703
840. nulidades absolutas ou relativas .....	705
841. nulidades absolutas .....	706
842. nulidades relativas .....	709
843. instrumentalidade das formas – normas de superdireito processual .....	711
844. efeito expansivo das nulidades – nulidades inerentes ou sistemáticas – nulidade do procedimento como um todo .....	714
845. nulidade parcial do ato ou do procedimento – confinamento das nulidades .....	715
846. suprimimento, sanação, repetição e convalidação .....	717
847. erro de procedimento (CPC, art. 283) – ainda a instrumentalidade das formas .....	719
848. a ineficácia dos atos de parte .....	721
849. defeitos, escopos e ineficácia (visão de conjunto) .....	724

***TÍTULO XV – os meios instrumentais do processo civil******Capítulo LVII – os meios instrumentais do processo civil:  
bens e fontes de prova***

850. meios: elementos externos .....	726
851. prova .....	727
852. fontes de prova .....	728
853. bens .....	729

***TÍTULO XVI – os pressupostos e as crises******Capítulo LVIII – pressupostos de admissibilidade  
da tutela jurisdicional civil***

854. direito à tutela jurisdicional e direito ao provimento .....	730
855. pressupostos de admissibilidade do provimento jurisdicional: seu significado sistemático .....	731
856. os pressupostos .....	732
857. os pressupostos e o direito ao provimento .....	734
858. ausência de pressupostos .....	735

***Capítulo LIX – ônus da iniciativa e dever de impulso***

859. iniciativa e impulso – processo civil dispositivo ou inquisitório ..	736
860. a iniciativa e o impulso segundo o art. 2º do Código de Processo Civil .....	737
861. atos de impulso delegados ao escrivão ou chefe de secretaria .....	739
862. ônus de impulso e consequências do descumprimento .....	739
863. o ônus de provocar a instauração da fase de cumprimento de sen- tença .....	741

***Capítulo LX – as crises do processo civil: suspensão e extinção do  
processo – incidentes críticos***

864. crises processuais .....	742
865. extinção do processo civil .....	743
866. suspensão do processo civil .....	745
867. suspensão imprópria do processo – incidentes processuais .....	746
868. outras crises menores .....	747

***TÍTULO XVII – o regime financeiro do processo civil******Capítulo LXI – o custo do processo civil  
e os encargos da sucumbência***

869. onerosidade da jurisdição e do processo .....	748
870. o custo financeiro do processo: despesas processuais e honorários advocatícios .....	749
871. despesas processuais .....	751

872. ônus e obrigações das partes pelo custo do processo (responsabilidade provisória ou definitiva) .....	753
873. ônus de adiantamento atribuído à parte interessada (CPC, art. 82) .....	756
874. momentos para o adiantamento .....	757
875. preparo inicial .....	758
876. preparo do cumprimento de sentença? .....	759
877. o preparo dos recursos – a deserção ( <i>infra</i> , n. 2.235) .....	759
878. a relevação da pena de deserção e a correção de equívocos .....	761
879. adiantamentos referentes aos atos dos auxiliares eventuais da Justiça .....	762
880. dispensa do ônus de preparar .....	763
881. dispensas concedidas em leis especiais .....	764
882. nas oposições do executado (impugnação e embargos) .....	765
883. transferência do encargo ao autor ou rateio entre as partes .....	766
884. a responsabilidade final pelo custo do processo: sucumbência e causalidade .....	767
885. advocacia em causa própria .....	769
886. sucumbência recíproca e demais casos de rateio do custo processual – a sucumbência em parte mínima .....	770
887. casos em que não há obrigação pelo custo do processo .....	774
888. o campo de incidência das normas sobre a obrigação pelo custo do processo .....	777
889. cont.: no processo ou fase de conhecimento .....	778
890. na execução e no cumprimento de sentença .....	779
891. no processo monitório .....	780
892. cont.: nos processos antecedentes (CPC, art. 294, par.) .....	781
893. nos recursos .....	781
894. nos incidentes processuais (hipótese do Código anterior, inaplicável no presente) .....	783
895. a condenação .....	783
896. a condenação por despesas e honorários independe de pedido específico .....	784
897. condenação em primeiro ou segundo grau de jurisdição .....	785
898. valor dos honorários: o critério central e as dimensões de sua aplicação .....	786
899. cont.: condenação por danos à pessoa e por prestações vincendas em geral .....	790
900. a condenação honorária dos beneficiários da assistência judiciária .....	790
901. honorários nas causas em que a Fazenda Pública é parte .....	791
902. honorários no cumprimento de sentença ou no processo autônomo de execução .....	793

903.	condenação solidária ou não (litisconsortes vencidos) .....	794
904.	direito do advogado aos honorários da sucumbência .....	796
905.	inadmissível a compensação de honorários .....	798
906.	demanda autônoma de cobrança de honorários da sucumbência ..	800

### ***Capítulo LXII – assistência judiciária***

907.	objetivo: efetividade do direito ao processo .....	801
908.	histórico jurídico-positivo e o âmbito da assistência a ser prestada aos necessitados – a legislação vigente .....	802
909.	pessoas naturais ou jurídicas .....	803
910.	nacionais ou estrangeiros .....	804
911.	a presunção de insuficiência financeira .....	805
912.	assistência ao demandante, ao demandado ou ao terceiro interveniente .....	807
913.	benefícios personalíssimos – não favorecem o litisconsorte nem os possíveis sucessores .....	808
914.	insuficiência financeira e não econômica .....	808
915.	entre o ônus de antecipar despesas e a obrigação de pagar quando sucumbe – os encargos da sucumbência não são dispensados .....	809
916.	obrigação sob condição suspensiva .....	810
917.	o objeto da assistência judiciária .....	811
918.	defesa técnica gratuita .....	811
919.	dispensa de adiantamentos <i>etc.</i> .....	812
920.	o grave problema das perícias não remuneradas .....	813
921.	dispensas não integrais – parcelamento .....	814
922.	concessão, redução e revogação do benefício .....	815

# INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO**

COM A PARTICIPAÇÃO DE  
OSWALDO DAGUANO JUNIOR

**Volume III**

**9<sup>a</sup> EDIÇÃO**  
Revista e atualizada

2024



EDITORA  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

**MALHEIROS  
EDITORES**

## **Instituições de Direito Processual Civil**

© CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

*1ª edição, 08.2001; 2ª edição, 03.2002; 3ª edição, 03.2003;  
4ª edição, 01.2004; 5ª edição, 04.2005; 6ª edição, 04.2009;  
7ª edição, 06.2017; 8ª edição, 2019.*



[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757

**Contatos:** <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>  
[malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)

**Copyright:** Edições JusPODIVM e Malheiros Editores

**Diagramação:** Editora JusPODIVM

**Capa:** Ana Caquetti

D583i Dinamarco, Cândido Rangel  
Instituições de Direito Processual Civil v.III / Cândido Rangel  
Dinamarco – 9. ed., rev. e atual. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.  
912 p.

ISBN: 978-85-442-4576-7

1. Processo Civil. I. Dinamarco, Cândido Rangel. II. Título.

CDD 347.8105

Bibliotecária Responsável

Ana Carolina Ribeiro Moisés CRB7 RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM e Malheiros Editores.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

## **SUMÁRIO**

### **LIVRO IV – O PROCESSO CIVIL DE CONHECIMENTO**

#### **TÍTULO XVIII – o processo civil de conhecimento**

##### **Capítulo LXIII – o processo civil de conhecimento: conceito e temas fundamentais – a fase de conhecimento**

923.	o conceito tradicional – processo de sentença – demanda, defesa, cognição e julgamento .....	31
924.	fase de conhecimento – o <i>processo sincrético</i> do direito brasileiro vigente.....	34
925.	atividade cognitiva na fase de liquidação .....	36
926.	bipolaridade do processo civil de conhecimento .....	38
927.	temas fundamentais do processo civil de conhecimento .....	39
928.	cognição e instrução – o valor da prova no processo civil de conhecimento .....	41
929.	o objeto do conhecimento do juiz no processo civil de conhecimento.....	42
930.	pontos ou questões de mérito .....	43
931.	extensão e profundidade da cognição no processo civil de conhecimento .....	44
932.	formação do processo civil de conhecimento .....	46
933.	o objeto do processo civil de conhecimento e os limites da tutela jurisdicional possível.....	47

#### **TÍTULO XIX – teoria geral da prova**

##### **Capítulo LXIV – direito probatório: visão sistemática**

934.	conceito e relevância.....	49
935.	localização sistemática do instituto da prova – prova e forma dos atos jurídicos.....	51



936.	direito à prova .....	53
937.	provas ilícitas .....	56
938.	a iniciativa da produção da prova pelo juiz.....	59
939.	temas de direito probatório .....	65

#### **Capítulo LXV – objeto da prova**

940.	alegações e não fatos.....	66
941.	alegações <i>controvertidas</i> .....	67
942.	alegações não controvertidas mas dependentes de prova .....	70
943.	alegações que independem de prova apesar da controvérsia (fatos presumidos ou notórios).....	72
944.	fatos relevantes.....	73
945.	relevância em relação ao mérito ou ao processo.....	75
946.	fatos circunstanciais .....	76
947.	indícios.....	77
948.	prova do direito (CPC, art. 376).....	77

#### **Capítulo LXVI – ônus da prova**

949.	conceito – do ônus de afirmar ao de provar .....	80
950.	entre o objeto e o ônus da prova .....	81
951.	distribuição do ônus da prova: o interesse .....	81
952.	normas específicas sobre a distribuição do ônus da prova.....	83
953.	modificações do ônus da prova .....	85
954.	presunções relativas ( <i>infra</i> , n. 996).....	86
955.	inversão convencional do ônus da prova .....	87
956.	a redistribuição do ônus da prova – as inversões por decisão do juiz.....	89
957.	o momento adequado para o juiz operar redistribuição do ônus da prova.....	91
958.	no Código de Defesa do Consumidor .....	93
959.	dimensão do ônus da prova – a <i>prova suficiente</i> ( <i>supra</i> , n. 65). ..	94
960.	regra de julgamento – uma regra subsidiária – o momento de sua relevância para o juiz .....	95
961.	aquisição da prova.....	97
962.	relatividade do ônus da prova .....	98

#### **Capítulo LXVII – fontes concretas e meios de prova**

963.	fontes e meios de prova: conceitos e correlação .....	100
964.	as fontes de prova no direito brasileiro .....	102
965.	meios de prova no direito brasileiro – os momentos da prova... ..	103
966.	propositura da prova.....	104
967.	admissão da prova.....	105

968.	realização da prova.....	105
968-A.	provas pré-constituídas e provas constituídas .....	106
969.	avaliação da prova .....	107
970.	espécies de provas: classificações .....	108
971.	provas atípicas (CPC, art. 369) .....	109
972.	documentação da prova (especialmente da oral) .....	110
973.	prova emprestada .....	111
974.	a produção antecipada de prova (arts. 381-383) .....	115

### ***Capítulo LXVIII – a produção antecipada de prova***

975.	o conceito – provas de qualquer natureza .....	116
976.	natureza cautelar ou não, conforme o caso .....	117
977.	apenas um processo antecedente ou também um incidente processual? .....	119
978.	disciplina geral .....	121
979.	competência .....	121
980.	sem prevenção.....	122
981.	o pedido, a defesa e o objeto da decisão .....	122
982.	inclusão de interessados por ordem do juiz .....	123
983.	arrolamento e justificação .....	124

### ***Capítulo LXIX – avaliação da prova civil***

984.	conceito e regra fundamental – livre convencimento .....	126
985.	sistema da prova legal .....	128
986.	sistema do convencimento moral (ou íntimo).....	130
987.	convencimento racional e motivado à vista dos autos .....	131
988.	elementos de prova legal no processo civil moderno .....	133
989.	disposições específicas e sua interpretação sistemática .....	135
990.	livre convencimento, processo oral e os julgamentos pelos tribunais .....	136
991.	exame, reexame e avaliação jurídica da prova .....	136

### ***Capítulo LXX – a presunção e a prova***

992.	conceito – presunções legais ou judiciais .....	139
993.	facilitar a prova .....	140
994.	presunção e probabilidade – presunções absolutas ou relativas .....	141
995.	presunções absolutas – ficções legais.....	142
996.	presunções relativas .....	145
997.	presunções relativas legais.....	146
998.	presunções legais mistas .....	147
999.	presunções judiciais – as máximas de experiência .....	147
1.000.	presunção não é meio de prova .....	150

***TÍTULO XX – pressupostos e crises no processo civil de conhecimento******Capítulo LXXI – pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito***

1.001. conceito e significação sistemática ( <i>supra</i> , nn. 854-858) .....	153
1.002. os pressupostos do julgamento do mérito segundo o Código de Processo Civil .....	155
1.003. as condições da ação ( <i>supra</i> , nn. 631-641) .....	156
1.004. os pressupostos processuais ( <i>supra</i> , n. 582) .....	156
1.005. a demanda e a vontade de obter a tutela – inépcia da demanda ( <i>supra</i> , n. 582 – <i>infra</i> , n. 1.191) .....	157
1.006. desistência da ação ( <i>supra</i> , n. 535) .....	158
1.007. abandono do processo – bilateral ou unilateral .....	159
1.008. competência ( <i>supra</i> , nn. 356 ss.) .....	162
1.009. imparcialidade do juiz – o impedimento e a suspeição .....	163
1.010. pressupostos negativos (fatores externos) .....	163
1.011. perempção .....	164
1.012. litispendência e coisa julgada .....	164
1.013. coisa julgada ( <i>supra</i> , n. 565 – <i>infra</i> , nn. 1.077 e 1.142 ss.) .....	165
1.014. litispendência ( <i>supra</i> , nn. 467, 475, 477 <i>etc.</i> ) .....	165
1.015. convenção de arbitragem .....	166
1.016. morte da parte (“ações intransmissíveis” – <i>infra</i> , nn. 1.030, 1.032 e 1.058) .....	167
1.017. confusão .....	169
1.018. requisitos de regularidade do processo e dos atos do procedimento .....	169
1.019. consequências da falta dos pressupostos: crises processuais ( <i>supra</i> , nn. 864-868) .....	170
1.020. momentos para o controle dos pressupostos .....	171
1.021. controle <i>ex officio</i> ou não .....	173

***Capítulo LXXII – suspensão do processo civil de conhecimento***

1.022. suspensão ( <i>supra</i> , n. 866) .....	175
1.023. ineficácia dos atos realizados (art. 314) .....	176
1.024. atos que se realizam durante a suspensão do processo .....	177
1.025. suspensão parcial: suspensão imprópria, suspensão de prazos e mero retardamento da sentença .....	179
1.026. início do período de suspensão processual .....	180
1.027. fim do estado de suspensão processual .....	182
1.028. declaração judicial do início e fim da suspensão .....	183
1.029. hipóteses legais de suspensão do processo – fatos e incidentes que não suspendem o processo .....	184

1.030. morte ou perda de capacidade de um sujeito indispensável (art. 313, inc. I).....	186
1.031. as seis possíveis hipóteses do art. 313, inc. I.....	187
1.032. morte da parte.....	187
1.033. morte do defensor.....	189
1.034. morte do representante legal.....	190
1.035. perda da capacidade processual da parte, do advogado ou do representante.....	191
1.036. suspensão por incapacidade processual ou irregularidade de representação (art. 76).....	193
1.037. suspensão convencional do processo (art. 313, inc. II).....	197
1.038. suspensão pela arguição de suspeição ou impedimento do juiz.....	199
1.039. suspensão por arguição da incompetência do juiz (absoluta ou relativa).....	201
1.040. suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (arts. 976 ss.).....	202
1.041. suspensão por prejudicialidade (art. 313, inc. V, letra <i>a</i> ).....	203
1.042. suspensão à espera de fato ou prova (art. 313, inc. V, letra <i>b</i> )...	204
1.043. suspensão por motivo de força maior (art. 313, inc. VI).....	205
1.044. suspensão por motivos familiares do advogado ou advogada...	206
1.045. suspensão em razão das intervenções de terceiros.....	207
1.046. suspensão pelo incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 134, § 3º).....	208
1.047. suspensão pela superveniência de férias forenses (STF e STJ).....	210
1.048. suspensão pelo incidente inicial de insanidade do citando (art. 245 – <i>infra</i> , n. 1.237).....	211
1.049. prejudicial penal.....	211
1.050. litígios pendentes perante o Tribunal Marítimo – uma prejudicial administrativa?.....	212
1.051. apreciação geral.....	214

### ***Capítulo LXXIII – extinção do processo civil de conhecimento***

1.052. esclarecimento: extinção do processo ou de uma fase.....	216
1.053. crise processual: a extinção anômala do processo ou da fase de conhecimento ( <i>supra</i> , nn. 864 ss.).....	217
1.054. a sentença que extingue o processo ou fase de cognição, os motivos em que se funda e os momentos próprios a sua prolação.....	218
1.055. diálogo necessário: ilicitude da extinção <i>ex officio</i> , sem prévia manifestação do autor.....	219
1.056. consequências da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	221

1.057. extinção do processo (ou da fase cognitiva) sem julgamento do mérito e os efeitos da propositura da demanda ( <i>supra</i> , nn. 475-507).....	223
1.058. causas de extinção do processo – os pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito ( <i>supra</i> , nn. 1.001-1.021) .....	226
1.059. quando as causas extintivas não produzem a extinção do processo .....	227
1.060. casos raros de necessária iniciativa de parte .....	230
1.061. desistência da ação ( <i>supra</i> , n. 1.006) .....	231
1.062. abandono unilateral do processo ( <i>supra</i> , n. 1.007) .....	231
1.063. convenção de arbitragem ( <i>supra</i> , n. 1.015).....	232

### ***TÍTULO XXI – a tutela jurisdicional no processo civil de conhecimento***

#### ***Capítulo LXXIV – a tutela jurisdicional na DECISÃO de mérito***

1.064. sentença ou decisão de mérito.....	235
1.065. sentenças e decisões interlocutórias de mérito – <i>uma disciplina geral das decisões de mérito</i> .....	237
1.066. a tutela jurisdicional no processo civil de conhecimento.....	238
1.067. momentos adequados para o julgamento do mérito.....	240
1.068. estrutura lógico-substancial das decisões de mérito .....	242
1.069. a motivação das sentenças ou decisões interlocutórias de mérito ( <i>supra</i> , n. 131).....	244
1.070. pressupostos da sentença de mérito e a extinção do processo civil ( <i>supra</i> , nn. 1.001 ss.).....	245
1.071. consumação da jurisdição e exaurimento da competência (art. 494) .....	246
1.072. o exaurimento da competência e as decisões interlocutórias de mérito (art. 356) .....	248
1.073. demanda, decisão e tutela jurisdicional ( <i>supra</i> , n. 50).....	248
1.074. espécies de “ações” .....	249
1.075. graus de intensidade da tutela jurisdicional mediante as diversas espécies de decisões de mérito.....	251
1.076. a eficácia natural das decisões de mérito (Liebman).....	252
1.077. efeitos secundários das decisões de mérito .....	254
1.078. os efeitos da sentença e os terceiros ( <i>supra</i> , n. 679).....	256
1.079. efeitos reflexos da sentença sobre terceiros .....	259
1.080. momento de eficácia da sentença de mérito.....	261
1.081. sentença condicional .....	261
1.082. sentença condicional e sentença genérica, ou ilíquida.....	262
1.083. sentenças dispositivas ou determinativas.....	263
1.084. acórdãos de mérito ( <i>supra</i> , n. 769) .....	263

1.085. estabilização dos efeitos das decisões de mérito: coisa julgada material.....	264
--	-----

**Capítulo LXXV – tutela jurisdicional declaratória**

1.086. sentença meramente declaratória e ação declaratória .....	267
1.087. declaração <i>principaliter</i> .....	268
1.088. sentenças meramente declaratórias e eficácia executiva (CPC, art. 515, inc. I).....	270
1.089. âmbito da admissibilidade das sentenças meramente declaratórias.....	271
1.090. interesse processual à tutela meramente declaratória .....	273
1.091. legitimidade ativa e passiva à demanda de declaração .....	275
1.092. momento de eficácia e eficácia <i>ex tunc</i> .....	276
1.093. a tutela declaratória na ação declaratória incidental – <i>limites à admissibilidade desta</i> .....	277

**Capítulo LXXVI – tutela jurisdicional condenatória (inclusive a mandamental)**

1.094. esclarecimento conceitual e sistemático .....	280
1.095. a sentença condenatória – condenação ordinária .....	281
1.096. ainda a atenuação da distinção entre a sentença condenatória e a meramente declaratória – a posição assumida pelo Código de Processo Civil.....	284
1.097. decisão e não sentença .....	285
1.098. <i>existência</i> e não <i>exigibilidade</i> – ainda o conceito de <i>exigibilidade</i> .....	286
1.099. eficácia <i>ex tunc</i> .....	286
1.100. condenação alternativa (CPC, art. 325) .....	288
1.101. condenação genérica e a fase de liquidação da sentença .....	290
1.102. as sentenças genéricas referentes a relações de consumo .....	294
1.103. condenação para o futuro .....	295
1.104. condenação aparente .....	297
1.105. sentença condenatória sem trânsito em julgado: o momento de eficácia das sentenças condenatórias – cumprimento provisório de sentença.....	298
1.106. sentenças mandamentais e as obrigações específicas de fazer, de não fazer ou de entregar – as chamadas sentenças executivas <i>lato sensu</i> .....	300
1.107. as sentenças condenatórias por obrigações específicas de entregar, de fazer ou de não fazer – dois dogmas superados.....	304
1.108. condições da ação condenatória.....	305
1.109. as falsas condenações a prestar declaração de vontade.....	306

**Capítulo LXXVII – tutela jurisdicional constitutiva**

1.110. direito potestativo à modificação da situação jurídica .....	308
1.111. a tutela jurisdicional constitutiva e a sentença ou decisão constitutiva .....	310
1.112. ainda as sentenças substitutivas da vontade do devedor ( <i>supra</i> , n. 1.109) .....	311
1.113. condições e mérito da <i>ação constitutiva</i> .....	313
1.114. momento de eficácia da sentença constitutiva .....	314

**Capítulo LXXVIII – falsas sentenças de mérito**

1.115. o regime legal e o conceito .....	316
1.116. decadência (art. 487, inc. II) .....	319
1.117. prescrição (art. 487, inc. II).....	321
1.118. reconhecimento do pedido, transação e renúncia ao direito: atos de direito material, eficácia processual.....	322
1.119. reconhecimento do pedido (art. 487, inc. III, letra <i>a</i> ) .....	324
1.120. renúncia ao direito (art. 487, inc. III, letra <i>c</i> ).....	325
1.121. transação (art. 487, inc. III, letra <i>b</i> ).....	326
1.122. a limitada necessidade da sentença homologatória.....	327
1.123. limites da apreciação pelo juiz.....	327
1.124. os resultados da homologação dos atos dispositivos .....	329
1.125. coisa julgada e ação rescisória .....	329
1.126. recursos .....	331

**Capítulo LXXIX – a necessária correlação entre A tutela jurisdicional e a demanda**

1.127. a exigência de correlação e seus fundamentos.....	332
1.128. especificações e ressalvas.....	335
1.129. interpretação contextual do pedido ( <i>supra</i> , n. 532 – <i>infra</i> , n. 1.192) .....	336
1.130. correção monetária, juros e <i>verbas da sucumbência</i> (despesas processuais e honorários).....	338
1.131. obrigações de trato sucessivo ( <i>supra</i> , n. 1.103 – <i>infra</i> , n. 1.153) .....	338
1.132. obrigações de fazer ou de não fazer .....	339
1.133. objeto do processo <i>composto</i> ( <i>supra</i> , n. 564).....	340
1.134. pedido líquido ou ilíquido (genérico).....	341
1.135. correlação com a causa de pedir e com a <i>causa excipiendo</i> .....	342
1.136. fatos supervenientes (art. 493 – <i>supra</i> , n. 484).....	345
1.137. correlação com os elementos subjetivos da demanda.....	349
1.138. espécies de processos ou de sentenças – conversões inadmissíveis .....	351

- 1.139. a correlação nos tribunais..... 354  
 1.140. os vícios da sentença por falta de correlação com a demanda... 355

***TÍTULO XXII – os resultados do processo civil de conhecimento e sua imunização: coisa julgada material***

***Capítulo LXXX – coisa julgada***

- 1.141. sentenças ou decisões – esclarecimento sistemático e terminológico..... 360  
 1.142. imutabilidade e imunização ..... 362  
 1.143. a coisa julgada material no plano constitucional ..... 364  
 1.144. coisa julgada formal, *preclusão máxima*..... 366  
 1.145. ainda sobre as decisões interlocutórias de mérito (art. 356)..... 367  
 1.146. momentos de formação da coisa julgada formal..... 369  
 1.147. a coisa julgada material e os efeitos substanciais da decisão de mérito – direito processual material..... 371  
 1.148. a coisa julgada não é um efeito da decisão (Liebman) ..... 373  
 1.149. imutabilidade de todos os efeitos substanciais da decisão de mérito ..... 374  
 1.150. decisões suscetíveis ou insuscetíveis de coisa julgada material 375  
 1.151. a relativização da garantia da coisa julgada material..... 378  
 1.152. a relativização nos Tribunais Superiores e o Código de Processo Civil ..... 380  
 1.153. relações jurídicas continuativas e condenações para o futuro.... 382  
 1.154. limites objetivos da coisa julgada material ..... 384  
 1.155. questões prejudiciais decididas expressamente na sentença ou decisão de mérito (art. 503, § 1º)..... 386  
 1.156. limites objetivos e capítulos da decisão de mérito..... 388  
 1.157. a função negativa da coisa julgada – impedimento a novo julgamento da demanda..... 388  
 1.158. limites subjetivos da coisa julgada material e da eficácia das decisões de mérito..... 391  
 1.159. a coisa julgada em relação a terceiros – prejudicialidade (*supra*, n. 543)..... 396  
 1.160. extensão da autoridade da coisa julgada: sucessão, substituição processual e solidariedade ..... 397  
 1.161. eficácia preclusiva da coisa julgada material ..... 399  
 1.162. o último momento útil..... 402  
 1.163. o assistente e a *eficácia da intervenção* ..... 403  
 1.164. a coisa julgada e as nulidades do processo ..... 404  
 1.165. duas coisas julgadas conflitantes..... 405



***TÍTULO XXIII – os procedimentos na FASE de conhecimento em primeiro grau de jurisdição***

***Capítulo LXXXI – procedimentos***

1.166. o procedimento e as garantias constitucionais .....	406
1.167. o procedimento-padrão do direito brasileiro e as suas fases .....	407
1.168. o procedimento e a fase de conhecimento – seus elementos estruturais .....	408
1.169. os procedimentos e a tutela jurisdicional ( <i>supra</i> , nn. 66 ss.) .....	410
1.170. os procedimentos no processo ou fase de conhecimento .....	411
1.171. procedimentos especiais em leis extravagantes – aplicação subsidiária do Código de Processo Civil .....	413
1.172. procedimentos de cognição sumária e <i>tutela jurisdicional diferenciada</i> .....	413
1.173. critérios para a instituição de procedimentos-modelo e para a escolha do procedimento adequado .....	414
1.174. erros de escolha e conversão do procedimento ( <i>supra</i> , n. 78)...	415
1.175. erro de escolha e prejuízo.....	417
1.176. procedimentos especiais – os que se convertem em comum .....	418
1.177. procedimento comum.....	419

**LIVRO V – O PROCEDIMENTO COMUM  
NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO  
DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**

***TÍTULO XXIV – o procedimento comum***

***Capítulo LXXXII – as fases do procedimento comum***

1.178. o procedimento comum na teoria geral do procedimento ( <i>supra</i> , nn. 732-746 e 1.177).....	423
1.179. fases e preclusões .....	425
1.180. fase postulatória .....	426
1.181. fase ordinatória.....	428
1.182. fase instrutória.....	429
1.183. decisão da causa (“fase decisória”).....	431

***Capítulo LXXXIII – a petição inicial e a propositura da demanda***

1.184. petição inicial, demanda e processo – as duas funções da petição inicial .....	433
1.185. requisitos da petição inicial.....	436
1.186. requisitos formais.....	437
1.187. o juízo a que é dirigida (art. 319, inc. I).....	438
1.188. as partes e sua qualificação (art. 319, inc. II).....	439

1.189. fatos e fundamentos jurídicos do pedido (art. 319, inc. III).....	441
1.190. fatos simples não integram a causa de pedir – somente os fatos jurídicos.....	443
1.191. o pedido com suas especificações (art. 319, inc. IV – <i>supra</i> , nn. 521 ss. e 547 ss.) .....	445
1.192. interpretação contextual do pedido ( <i>supra</i> , n. 1.129) .....	448
1.193. cúmulo de pedidos ( <i>supra</i> , nn. 547 ss.).....	449
1.194. o valor da causa – razões de sua exigência (art. 319, inc. V, c/c art. 291) .....	454
1.195. a determinação do valor da causa – o critério fundamental e as aplicações específicas.....	458
1.196. controle judicial do valor da causa .....	460
1.197. protesto por realização de provas (art. 319, inc. VI – <i>supra</i> , n. 965) .....	461
1.198. endereço do patrono do autor (art. 77, inc. V) .....	462
1.199. requisitos adicionais para a propositura da demanda: documentos e adiantamento de custas .....	463
1.200. adiantamento de custas.....	463
1.201. procuração <i>ad judicium</i> e estatuto social .....	464
1.202. documentos indispensáveis à propositura da ação (art. 320).....	465
1.203. o ajuizamento da petição inicial e seus efeitos ( <i>supra</i> , nn. 463-470) .....	469
1.204. distribuição.....	470
1.205. deferimento ou indeferimento da petição inicial ( <i>infra</i> , nn. 1.206 ss.) .....	471

#### ***Capítulo LXXXIV – deferimento ou indeferimento da petição inicial***

1.206. o juízo inicial – pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito .....	472
1.207. deferimento da petição inicial.....	473
1.208. ou deferimento ou <i>diálogo</i> .....	474
1.209. indeferimento da petição inicial.....	475
1.210. indeferimento parcial .....	476
1.211. as hipóteses de indeferimento da petição inicial e a possibilidade de seu conhecimento .....	477
1.212. indeferimento em virtude da carência de ação ( <i>supra</i> , nn. 631 e 1.003) .....	477
1.213. indeferimento por falta de pressuposto processual ( <i>supra</i> , nn. 582, 856 e 1.001 ss.) .....	478
1.214. inépcia da petição inicial – incorreta propositura da demanda ..	479
1.215. os casos de inépcia, segundo o § 1º do art. 330 .....	480
1.216. procedimento inadequado ( <i>supra</i> , nn. 1.173-1.175).....	483

1.217. custas e honorários de processo anterior (art. 486, § 2º – <i>supra</i> , n. 513) .....	484
1.218. vícios de representação (art. 76, § 1º, inc. I) .....	484
1.219. falta de capacidade de ser parte.....	485
1.220. pressupostos negativos (litispendência, coisa julgada <i>etc.</i> ) .....	486
1.221. controle ulterior ( <i>supra</i> , n. 1.020) .....	486
1.222. decisão, recursos e juízo de retratação .....	487

### **Capítulo LXXXV – improcedência liminar**

1.223. julgamento liminar do mérito (CPC, art. 332) .....	489
1.224. âmbito de admissibilidade do julgamento liminar de mérito – reconvenção e denunciação da lide .....	492
1.225. julgamento liminar <i>parcial</i> de mérito .....	494

### **Capítulo LXXXVI – citação**

1.226. do conceito à função sistemática e à disciplina legal ( <i>supra</i> , n. 776) .....	495
1.227. citação direta .....	497
1.228. citação indireta .....	499
1.229. tendência a ampliar os casos de citação indireta.....	501
1.230. espécies de citação e ordem preferencial entre elas – citação real e citação ficta.....	504
1.231. conteúdo da citação .....	505
1.232. citação postal (arts. 247-248) .....	508
1.233. citação postal: limites de sua admissibilidade.....	510
1.234. citação por mandado: aspectos gerais – o mandado .....	512
1.235. o cumprimento do mandado.....	512
1.236. disposições particulares à citação por mandado .....	514
1.237. o incidente inicial de insanidade do citando .....	515
1.238. citação com hora certa (arts. 252-253).....	516
1.239. citação por carta de ordem ou precatória ( <i>supra</i> , n. 783) .....	519
1.240. citação por ato do escrivão ou chefe de secretaria .....	521
1.241. citação por via eletrônica .....	521
1.242. citação por edital .....	522
1.243. citação por mandado ordinária.....	527

### **Capítulo LXXXVII – audiência de conciliação ou de mediação**

1.244. a valorização dos meios de solução consensual de conflitos .....	528
1.245. a audiência de conciliação ou mediação no quadro do procedimento comum.....	529
1.246. âmbito da exigência da audiência de conciliação ou mediação. ....	530
1.247. Ministério Público e Fazenda Pública.....	531

1.248. a recusa explícita por ambas as partes – a ausência de uma delas .....	531
1.249. a realização da audiência e seus possíveis resultados .....	532
1.250. entre a audiência e a contestação – fluência de prazo para esta. ....	534
1.251. resistências à implantação da audiência de conciliação ou de mediação .....	534

### **Capítulo LXXXVIII – intimações**

1.252. da função à disciplina legal ( <i>supra</i> , n. 777) .....	536
1.253. destinatários da intimação .....	539
1.254. conteúdo .....	540
1.255. espécies de intimações (modos de intimar).....	541
1.256. intimação aos advogados .....	542
1.257. intimação de advogado a advogado .....	544
1.258. intimações às partes ou representantes legais – distinções .....	545
1.259. ônus de atualizar o endereço e consequência do descumprimento.....	546
1.260. intimações ao Ministério Público, à Fazenda Pública e às Defensorias Públicas.....	548
1.261. intimação a auxiliares eventuais da Justiça e testemunhas .....	549
1.262. intimação por correio .....	551
1.263. intimação pelo <i>Diário da Justiça eletrônico</i> e por outros meios eletrônicos .....	552
1.264. intimação por mandado (art. 275) .....	553

### **Capítulo LXXXIX – contestação – resposta do réu à demanda inicial**

1.265. a resposta do réu – conceito e espécies – respostas defensivas e não defensivas .....	554
1.266. a contestação como resposta do réu .....	556
1.267. âmbito de admissibilidade e efeitos .....	557
1.268. conteúdo defensivo da contestação (preliminares e mérito).....	559
1.269. os possíveis comportamentos defensivos do réu na contestação .....	560
1.270. negativa de fatos constitutivos alegados pelo autor .....	561
1.271. interpretação contextual da contestação.....	562
1.272. negativa da eficácia jurídica dos fatos.....	562
1.273. alegação de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos (art. 350 – <i>supra</i> , n. 606).....	563
1.274. preliminares (art. 337).....	564
1.275. princípio da eventualidade ( <i>supra</i> , n. 650) .....	566
1.276. alegações ulteriores à contestação.....	567
1.277. protesto por provas.....	570

1.278. juntada de documentos.....	571
1.279. procuração e endereço do patrono do réu .....	572
1.280. requisitos formais gerais e específicos da contestação.....	573
1.281. momento para contestar: prazo de quinze dias úteis.....	574
1.282. início do prazo para contestar .....	574
1.283. fluência do prazo a partir da citação – a regra fundamental.....	576
1.284. fluência do prazo a partir da citação – as diversas hipóteses .....	577
1.285. dispensa de citação e antecipação do início do prazo .....	580
1.286. dimensão dos prazos ( <i>supra</i> , n. 804).....	582
1.287. simultaneidade de prazos .....	583
1.288. início do prazo e efeitos da litispendência .....	585

### **Capítulo XC – reconvenção**

1.289. conceito e justificação sistemática .....	587
1.290. a reconvenção como demanda do réu .....	589
1.291. a reconvenção como conteúdo da contestação.....	591
1.292. pressupostos gerais e pressupostos especiais .....	592
1.293. pressupostos gerais.....	592
1.294. pressupostos especiais: a conexão.....	594
1.295. espécies de processos e tipos de procedimento.....	596
1.296. pedido contraposto (ações possessórias e juizados especiais) ...	598
1.297. ações dúplices .....	599
1.298. reconvenções sucessivas .....	600
1.299. reconvenções subjetivamente ampliativas ou restritivas .....	601
1.300. reconvenção e substituição processual.....	604
1.301. é admissível reconvir sem oferecer defesa.....	605
1.302. reconvenção e competência .....	607
1.303. procedimento.....	608
1.304. unidade de processo e autonomia da reconvenção.....	610
1.305. sentença e decisões interlocutórias .....	611
1.306. encargos da sucumbência.....	614

### **Capítulo XCI – revelia**

1.307. revelia, efeito da revelia e contumácia.....	616
1.308. o revel na relação processual – fluência de prazos.....	617
1.309. revelia ulterior .....	620
1.310. revelia em caso de citação ficta – os <i>ausentes</i> .....	621

### **Capítulo XCII – ônus de contestar e efeito da revelia**

1.311. ônus de afirmar e de contestar.....	622
1.312. controvérsia, objeto e ônus da prova .....	623
1.313. modos pelos quais se cria controvérsia sobre os fatos .....	625

1.314. o efeito da revelia.....	627
1.315. a dimensão dos arts. 341 e 344 do Código de Processo Civil....	628
1.316. efeito da revelia e ônus da impugnação especificada dos fatos – presunção relativa .....	629
1.317. alcance da presunção – pontos de fato .....	631
1.318. exclusões da presunção de veracidade (art. 341, incs. I-III e par. – art. 345, incs. I-IV).....	632
1.319. fatos improváveis, inverossímeis ou impossíveis – fatos em contradição com a prova dos autos .....	632
1.320. direitos indisponíveis .....	633
1.321. falta de instrumento indispensável.....	635
1.322. contestação pelo litisconsorte.....	635
1.323. fatos em contradição com a defesa considerada em seu conjun- to .....	636
1.324. Defensoria Pública, defensor dativo ou curador especial .....	637
1.325. exclusão extralegal – a notoriedade .....	638
1.326. presunções, solução extraordinária no sistema .....	638
1.327. processo de conhecimento ou antecedente.....	641
1.328. casos particulares .....	642

***Capítulo XXIII – a fase ordinatória e o saneamento do processo –  
julgamento conforme o estado do processo***

1.329. a fase postulatória e os pressupostos de admissibilidade do jul- gamento do mérito .....	644
1.330. entre a fase postulatória e o saneamento do processo.....	646
1.331. a estrutura da fase ordinatória .....	647
1.332. manifestações do autor – réplica (arts. 350-351).....	648
1.333. especificação de provas (art. 348).....	649
1.334. regularização do processo e do procedimento .....	651
1.335. julgamento conforme o estado do processo .....	652
1.336. as hipóteses de extinção do processo e de julgamento antecipa- do do mérito (arts. 354 e 355).....	653
1.337. “da extinção do processo” (art. 354).....	654
1.338. julgamento antecipado do mérito: desnecessidade de provas (art. 355).....	655
1.339. ainda o julgamento antecipado do mérito: excepcionalidade no sistema.....	657
1.340. momentos adequados para a antecipação do julgamento do mérito .....	658
1.341. o julgamento antecipado parcial do mérito.....	660
1.342. ainda o julgamento antecipado parcial do mérito – cisão do objeto do processo.....	661

1.343. ainda o julgamento antecipado parcial do mérito – disposições específicas .....	662
1.344. aplicações além das previsões legais .....	663
1.345. das providências preliminares ao saneamento do processo .....	665
1.346. o conteúdo do ato de saneamento do processo .....	665
1.347. estabilização da decisão de saneamento (art. 357, § 1 <sup>º</sup> ) .....	668
1.348. a audiência de saneamento (art. 357, § 3 <sup>º</sup> ) – conteúdo e objetivos .....	668

### **Capítulo XCIV – prova documental**

1.349. o regime da prova documental no Código de Processo Civil ....	670
1.350. a fonte de prova: conceito de documento.....	671
1.351. as atas notariais .....	672
1.352. prova emprestada .....	674
1.353. documento e instrumento .....	674
1.354. elementos do documento.....	675
1.355. o autor dos documentos.....	675
1.356. documentos públicos ou particulares .....	676
1.357. documentos autógrafos ou heterógrafos .....	677
1.358. modo de formação do documento .....	677
1.359. conteúdo dos documentos .....	677
1.360. obtenção dos documentos .....	678
1.361. requisição de documentos (art. 438) .....	678
1.362. exibição de documento ou coisa (arts. 396-404).....	680
1.363. cont.: em face da parte contrária .....	681
1.364. cont.: em face de terceiro (arts. 401-403) .....	683
1.365. eficácia probatória dos documentos .....	685
1.366. eficácia probatória dos documentos públicos.....	687
1.367. fé pública.....	687
1.368. eficácia probatória dos documentos particulares .....	688
1.369. cessação da eficácia probatória dos documentos .....	689
1.370. autenticidade, autenticação e controvérsia.....	690
1.371. arguição de falsidade documental (arts. 430 ss. – <i>supra</i> , nn. 1.089 e 1.093) .....	691
1.372. falsidade do documento ou da assinatura.....	693
1.373. declaração <i>incidenter tantum</i> ou <i>principaliter</i> .....	694
1.374. ônus da prova na arguição de falsidade documental.....	695
1.375. o incidente de arguição de falsidade .....	695
1.376. produção da prova documental (meio de prova).....	698

### **Capítulo XCV – prova pericial**

1.377. perícia.....	701
---------------------	-----

1.378. admissibilidade .....	702
1.379. prova técnica simplificada .....	704
1.380. espécies de perícias .....	706
1.381. sobre as fontes de prova e sua disponibilidade .....	706
1.382. os autores da prova: o perito .....	708
1.383. os autores da prova: os assistentes técnicos .....	710
1.384. o meio de prova: seus <i>momentos</i> ( <i>supra</i> , n. 965).....	711
1.385. quesitos .....	712
1.386. os trabalhos, o laudo do perito e os pareceres dos assistentes técnicos – prazos para a entrega.....	712
1.387. o conteúdo do laudo pericial – adstrição ao objeto da perícia – sem considerações de ordem jurídica.....	714
1.388. críticas ao laudo, quesitos suplementares e pedido de esclare- cimentos .....	714
1.389. valoração da prova pericial – segunda perícia .....	715

#### ***Capítulo XCVI – inspeção judicial***

1.390. conceito, objeto e extensão .....	717
1.391. momentos da prova .....	718

#### ***Capítulo XCVII – prova testemunhal***

1.392. três inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015	720
1.393. o meio e a fonte de prova .....	721
1.394. admissibilidade e eficácia.....	721
1.395. a testemunha como fonte de prova.....	724
1.396. testemunhas incapazes, impedidas ou suspeitas .....	725
1.397. contradita.....	727
1.398. a testemunha na relação processual .....	728
1.399. deveres de comparecimento, depoimento e veracidade.....	728
1.400. direitos e prerrogativas.....	730
1.401. o número de testemunhas .....	731
1.402. a prova testemunhal como meio de prova: seus momentos .....	731
1.403. propositura e admissão da prova testemunhal.....	732
1.404. substituição de testemunha, testemunhas referidas, acareação ..	733
1.405. a preparação da prova testemunhal: intimações.....	733
1.406. a realização da prova testemunhal: lugar e hora .....	735
1.407. modo de realização da prova testemunhal .....	736

#### ***Capítulo XCVIII – depoimento pessoal***

1.408. conceito e finalidades – eficácia probatória .....	739
1.409. admissibilidade .....	740
1.410. as partes como fontes de prova .....	741



1.411. ônus de depor e “pena de confesso” .....	741
1.412. propositura, admissão e preparação do depoimento pessoal.....	743
1.413. realização da prova.....	744

### **Capítulo XCIX – a confissão e os fatos**

1.414. confissão e prova – declaração de conhecimento.....	746
1.415. a confissão não é um meio de prova .....	747
1.416. não é um negócio jurídico .....	747
1.417. judicial ou extrajudicial, espontânea ou provocada .....	750
1.418. a eficácia da confissão, o objeto da prova e o livre convencimento judicial.....	751
1.419. a confissão, os fatos e os direitos .....	752
1.420. eficácia da confissão – disposições particulares.....	754
1.421. a indivisibilidade da confissão na legislação anterior.....	757

### **Capítulo C – audiência de instrução e julgamento**

1.422. conceito, função e conteúdo.....	758
1.423. estrutura.....	761
1.424. proclamação pelo juiz e pregão inicial .....	762
1.425. conciliação .....	762
1.426. instrução oral.....	763
1.427. sentença.....	765
1.428. memoriais.....	766
1.429. conversão do julgamento em diligência.....	766
1.430. incidentes e decisões em audiência.....	767
1.431. documentação da audiência .....	768
1.432. a unidade da audiência e casos de interrupção.....	768
1.433. adiamento da audiência de instrução e julgamento.....	769
1.434. ausências .....	771
1.435. ciência da nova designação (interrupção, adiamento ou antecipação da audiência).....	775

### **Capítulo CI – a sentença como ato do procedimento**

1.436. conceito – extinção da fase cognitiva em primeiro grau de jurisdição ( <i>supra</i> , nn. 763-764).....	776
1.437. de mérito ou terminativa .....	778
1.438. requisitos formais da sentença .....	779
1.439. requisitos de modo .....	779
1.440. estrutura formal da sentença (art. 489) – sua formação lógica ..	780
1.441. relatório .....	782
1.442. motivação ( <i>supra</i> , n. 131) .....	783
1.443. questões resolvidas na motivação da sentença.....	786

1.444. dispositivo (ou decisório).....	787
1.445. capítulos de sentença e o dogma da unidade desta .....	790
1.446. decisões no julgamento da causa – o julgamento antecipado parcial do mérito .....	795
1.447. momentos para a prolação da sentença .....	797
1.448. lugar .....	801
1.449. publicação e ciência .....	801
1.450. interpretação das decisões ( <i>supra</i> , n. 1.066) – métodos interpretativos e interpretação contextual.....	802
1.451. defeitos da sentença .....	809
1.452. sentença inexistente.....	809
1.453. sentença nula ( <i>supra</i> , n. 837) .....	810
1.454. sentença ineficaz .....	812
1.455. convalidação das sentenças nulas ( <i>supra</i> , n. 846).....	813
1.456. correção da sentença .....	814
1.457. correção informal .....	814
1.458. embargos de declaração .....	815
1.459. apelação e outros recursos.....	817
1.460. devolução oficial .....	819
1.461. reclamação .....	820
1.462. ação rescisória .....	821
1.463. impugnação ao cumprimento de sentença (art. 525, § 1º, inc. I).....	821

## **LIVRO VI – PROCESSOS DIFERENCIADOS**

### ***TÍTULO XXV – as tutelas jurisdicionais diferenciadas no sistema do processo civil brasileiro***

#### ***Capítulo CII – tutelas jurisdicionais diferenciadas***

1.464. tutela jurisdicional diferenciada e processos diferenciados ( <i>supra</i> , n. 75).....	825
1.465. os processos diferenciados no sistema processual civil brasileiro .....	828

#### ***Capítulo CIII – processo monitorio***

1.466. processo diferenciado e não procedimento especial .....	831
1.467. estrutura e características básicas – duas fases – os embargos ..	834
1.468. admissibilidade: objeto .....	836
1.469. sujeitos .....	837
1.470. correta propositura da demanda – documentos.....	838
1.471. documento idôneo .....	839
1.472. documento que não caracterize título executivo.....	841

1.473. fase monitória – propositura da demanda .....	843
1.474. pedido certo e determinado (arts. 322 e 324).....	844
1.475. juízo inicial de admissibilidade.....	845
1.476. mandado de pagamento, de entrega ou de cumprimento de obrigação de conduta .....	846
1.477. ação rescisória, coisa julgada material e decisão de mérito .....	848
1.478. citação e intimação.....	850
1.479. as três possíveis condutas do réu.....	851
1.480. o cumprimento voluntário e a dispensa das custas .....	851
1.481. embargos ao mandado monitório.....	852
1.482. partes nos embargos ao mandado.....	855
1.483. cognição plena.....	856
1.484. ônus da prova .....	857
1.485. natureza e efeitos da sentença proferida nos embargos ao man- dado .....	858
1.486. recursos .....	860
1.487. o título executivo e a fase executiva .....	861
1.488. liquidação de sentença .....	862
1.489. inadmissível a impugnação ao cumprimento de sentença .....	863

### ***TÍTULO XXVI – tutela jurisdicional provisória***

#### ***Capítulo CIV – aspectos gerais***

1.490. entre a tutela jurisdicional definitiva e a provisória – o fator tempo.....	865
1.491. provisoriedade e irreversibilidade.....	867
1.492. a disciplina da tutela provisória no Código de Processo Civil...	868
1.493. medidas urgentes e o tempo inimigo.....	870
1.494. tutela da evidência.....	871
1.495. a probabilidade da existência do direito ( <i>fumus boni juris</i> ).....	871
1.496. tutela antecedente ou incidente .....	872
1.497. competência .....	873
1.498. por iniciativa de parte ou de ofício .....	874
1.499. a efetivação da tutela provisória.....	877
1.500. cessação da eficácia das tutelas provisórias .....	879
1.501. responsabilidade objetiva do beneficiário da tutela provisória ..	881

#### ***Capítulo CV – tutelas de urgência***

1.502. tutelas de urgência e o tempo inimigo .....	884
1.503. distinção entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	885
1.504. ainda a distinção – considerações particulares.....	886
1.505. em processo de conhecimento ou na execução.....	887

1.506. conversibilidade .....	888
1.507. os requisitos do <i>periculum in mora</i> e do <i>fumus boni juris</i> .....	889
1.508. <i>periculum in mora</i> .....	890
1.509. juízo do mal maior e juízo do direito mais forte.....	891
1.510. o <i>fumus boni juris</i> .....	892
1.511. a dimensão do requisito do <i>fumus boni juris</i> .....	893
1.512. interação entre o <i>fumus boni juris</i> e o <i>periculum in mora</i> .....	894

**Capítulo CVI – tutela da evidência**

1.513. conceito e enquadramento sistemático.....	896
1.514. as hipóteses legais e os valores determinantes da tutela da evidência .....	898
1.515. tutela da evidência concedida liminarmente .....	900

**Capítulo CVII – a disciplina procedimental das tutelas provisórias e a estabilização dos efeitos da tutela antecipada**

1.516. as tutelas provisórias incidentais.....	902
1.517. os procedimentos referentes às tutelas provisórias antecedentes .....	903
1.518. o procedimento referente à tutela antecipada antecedente.....	903
1.519. o procedimento referente à tutela antecipada de natureza cautelar.....	905
1.520. estabilização da tutela antecipada .....	906